



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA
Rua Irmãos Busato, n.º 450
Vila Maria - RS
99155-000

LEI Nº 3.362, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias
para o Exercício Financeiro de 2016.

A **Prefeita Municipal de Vila Maria**, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município de Vila Maria-RS, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, e no art. 78, § 2.º, da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2016, compreendendo:

- I. as metas e riscos fiscais;
- II. as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III. a organização e estrutura do orçamento;
- IV. as diretrizes gerais para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- V. as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI. as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII. as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII. as disposições gerais.

CAPÍTULO II
DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, de que trata o art. 4.º da Lei Complementar n.º 101/2000, são as identificadas no ANEXO I, composto dos seguintes demonstrativos:

- I. Demonstrativo das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4.º, § 1.º, da LC n.º 101/2000;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

II. Demonstrativo de avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2014;

III. Demonstrativo das metas fiscais previstas para 2016, 2017 e 2018, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2013, 2014 e 2015;

IV. Demonstrativo da memória de cálculo das metas fiscais de receita e despesa;

V. Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido, conforme art. 4.º, § 2.º, inciso III da LC n.º 101/2000;

VI. Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4.º, § 2.º, inciso III, da LC n.º 101/2000;

VII. Demonstrativo da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4.º, § 2.º, inciso IV, da Lei Complementar n.º 101/2000;

VIII. Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4.º, § 2.º, inciso V, da LC n.º 101/2000;

IX. Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4.º, § 2.º, inciso V, da Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 1º. A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei de Orçamento Anual para 2016 deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário e resultado nominal estabelecidas no Anexo I que integra esta Lei.

§ 2º. Proceder-se-á à adequação das metas fiscais previstas se, durante o período decorrido entre a apresentação dessa Lei e a elaboração da proposta orçamentária para o próximo exercício, surgirem novas demandas ou alterações na legislação e no cenário econômico que impliquem a revisão das metas fiscais, hipótese em que os Demonstrativos previstos no inciso I e III deste artigo serão atualizados e encaminhados juntamente com a proposta orçamentária para o exercício de 2016.

Art. 3º. Estão discriminados, no Anexo II, que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4.º, § 3.º, da LC n.º 101/2000.

§ 1º. Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações presentes, cuja existência é confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º. Também são passivos contingentes, obrigações presentes decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2016 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

§ 3º. Caso se concretizem, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício de 2015, se houver, obedecida a fonte de recursos correspondente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

§ 4º. Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

CAPÍTULO III

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EXTRAÍDAS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º. As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2016 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2014/2017 - Lei n.º 3.124, de 16 de julho de 2013 e suas alterações, especificadas no Anexo III, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.

§ 1º. Os valores constantes no Anexo e que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo, a lei orçamentária, atualiza-los.

§ 2º. A programação da despesa na Lei de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2016 observará o atendimento das metas fiscais estabelecidas e atenderá às prioridades e metas estabelecidas no Anexo de que trata o caput deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

- I - provisão dos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;
- II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;
- III - despesas indispensáveis ao custeio e manutenção da administração municipal;
- IV - despesas com conservação e manutenção do patrimônio público evidenciadas no Anexo IV desta Lei.

§ 3º. Proceder-se-á adequação das metas e prioridades de que trata o caput deste artigo, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2016 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 4º. Na hipótese prevista no § 3º, o Anexo de Metas e Prioridades, devidamente atualizado, será encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

II. Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III. Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV. Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

V. Órgão Orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

VI. Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional.

§ 1º. Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, de acordo com a Portaria MOG 42/1999.

§ 3º. A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal n.º 4.320, de 1964.

Art. 6º. Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º. Não caracteriza infringência ao disposto no caput, bem como à vedação contida no art. 167, inciso VI, da Constituição, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1.º deste artigo, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

Decorrente de Operação entre órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por elementos de despesa, na forma do art. 15, § 1.º, da Lei n.º 4.320/64.

Art. 8º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no § 5.º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 84 da Lei Orgânica do Município e no art. 2.º, da Lei n.º 4.320/1964, e será composto de:

I - texto da Lei;

II - consolidação dos quadros orçamentários;

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei n.º 4.320/64, os seguintes quadros:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - demonstrativo da evolução da receita, por fontes de arrecadação, em atendimento ao disposto no art. 12 da LC n.º 101/2000;

III - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5.º, inciso II, da LC n.º 101/2000;

IV - demonstrativo das receitas por fontes e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5.º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do § 2.º do art. 2.º da Lei n.º 4.320, de 1964;

VI - demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o art. 5º, inciso I, da LC n.º 101/2000;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da LC n.º 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;

VIII - demonstrativo da previsão de aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal e dos artigos 70 e 71 da Lei n.º 9.394/1996;

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em ações e serviços públicos de saúde, conforme a Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;

X - demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação e do orçamento a que pertencem;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo de despesa para a Câmara Municipal, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, de acordo com a metodologia prevista no § 2.º do art. 13 desta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

Art. 9º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto do desempenho financeiro do Município e projeções para o exercício de 2016, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei Federal n.º 4.320, de 1964;

IV - memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no exercício de 2015 e a previsão para o exercício de 2016;

VI - relação dos precatórios a serem cumpridas com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária, com a indicação da origem e dos números do processo judicial e do precatório, das datas do trânsito em julgado da sentença e da expedição do precatório, do nome do beneficiário e do valor de cada precatório a ser pago, nos termos do art. 100 da Constituição Federal;

CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 10. Os Orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta.

Art. 11. A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2016 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º. Para fins de atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 48 da LC n.º 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º. A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

Art. 12. Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 8.º, § 1.º, inciso V, desta lei.

§ 1º. A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, por ato formal deste, ser delegada à Secretários, servidores municipais ou comissão de servidores.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas, também, em balancetes apartados das contas do Município.

Art. 13. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2016.

§ 1º. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2016, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º. Para fins de cálculo do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14. A lei orçamentária conterà reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

- I. cobertura de créditos adicionais;
- II. atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

§ 1º. A reserva de contingência, de que trata o inciso II do caput, será fixada em, no mínimo, 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º. Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência de que trata o inciso II do caput não precisará ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 de Lei n.º 4.320/1964.

§ 3º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

Art. 15. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, somente serão incluídas novas ações na Lei Orçamentária de 2015 se:

- I. tiverem sido adequada e suficientemente contemplados;
 - a) as despesas para conservação do patrimônio público constantes do Anexo IV desta Lei;
 - b) as ações relativas ao custeio administrativo e operacional da Administração Pública Municipal; e
 - c) os projetos em andamento;
- II. os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa; e
- III. a ação estiver compatível com o Plano Plurianual para o período 2014-2017.

§ 1º. Serão entendidos como projetos em andamento cuja execução financeira, até o final do exercício financeiro de 2015, tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 16. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LC n.º 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LC n.º 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do Art. 24 da Lei n.º 8.666/93, conforme o caso.

§ 2º. No caso de despesas com pessoal, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, no exercício de 2016, em cada evento, não exceda a 20 (vinte) vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 17. A compensação de que trata o art. 17, § 2.º, da LC n.º 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo de que trata o art. 2.º, IX, dessa Lei, no valor de 630.861,74 (seiscentos e trinta mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta e quatro centavos), observados o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na LC n.º 101/2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

Art. 18. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º, da LC n.º 101/2000, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos das obras e dos serviços públicos, tais como:

- I - dos programas e das ações previsto no Plano Plurianual;
- II - do m² das construções e do m² das pavimentações;
- III - do custo aluno/ano do ensino fundamental, do custo aluno/ano do transporte escolar, do custo aluno/ano do ensino infantil e do custo aluno/ano com merenda escolar;

Parágrafo único. Os gastos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as despesas liquidadas e as metas físicas previstas confrontadas com as realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 19. As metas fiscais para 2016, estabelecidas no demonstrativo de que trata o inciso I do art. 2º serão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único. Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no caput.

Seção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 20. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

- I - do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
- II - das contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;
- III - do Orçamento Fiscal;
- IV - das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no caput deste artigo.

§ 1º. As receitas de que trata os incisos I, II e IV deste artigo deverão ser classificadas como receitas da seguridade social;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

§ 2º. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no art. 8º, § 1º, inciso IV, desta Lei.

Seção III

Das Disposições sobre a Programação e Execução Orçamentária e Financeira

Art. 21. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º. O ato referido no caput deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da LC nº 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da LC nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por fontes, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária, incluídos os restos a pagar.

§ 2º. Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 22. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V - Diárias de viagem;

VI - Horas extras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

§ 1º. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, observada a vinculação de recursos.

§ 2º. Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais.

§ 3º. Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º. Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado por órgão.

§ 5º. Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9.º, § 1.º, da LC n.º 101/2000.

§ 6º. Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.

Art. 23. O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida à programação financeira, será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º. Ao final do exercício financeiro de 2016, o saldo de recursos financeiros porventura existente será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 2º. O eventual saldo de recursos financeiros que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior será considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2017.

Art. 24. Os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo único. Na Lei Orçamentária Anual, a Receita e a Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

Art. 25. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º. A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

§ 2º. A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de dezembro de 2016, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

Art. 26. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º art. 42 da LC nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere, observado, quando cabível, o disposto no § 1º do art. 25 desta Lei.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Seção IV

Das Diretrizes sobre Alterações da Lei Orçamentária

Art. 27. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º, da Lei 4.320/64, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da LC nº 101/2000.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivas metas.

§ 3º. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4º. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2015, por fonte de recursos;
- II - créditos reabertos no exercício de 2016;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2015, por fonte de recursos.

§ 5º. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da solicitação.

§ 6º. As solicitações de que trata o §5º serão acompanhadas da exposição de motivos de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 28. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2016, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 29. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quanto necessária, mediante ato próprio de cada Poder, até 1º de dezembro de 2016.

Art. 30. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2016 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 6º desta Lei.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 31. As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA
Rua Irmãos Busato, n.º 450
Vila Maria - RS
99155-000

Seção V
Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subseção I
Das Subvenções Sociais

Art. 32. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Subseção II
Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 33. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

- I - estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;
- II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2016; ou
- III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Parágrafo único: o disposto no caput deste artigo aplica-se aos casos de prorrogação ou renovação de convênio ou instrumento congênere ou aos casos em que, já havendo sido firmado o instrumento, devam as despesas dele decorrentes correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária de 2016.

Art. 34. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 1964.

Subseção III
Dos Auxílios

Art. 35. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

II - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas;

VI - voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais;

VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis; e

VIII - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

Parágrafo único: no caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção IV Das Disposições Gerais

Art. 36. Sem prejuízo das disposições contidas nos art. 32, 33, 34 e 35 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I - execução da despesa na modalidade de aplicação "50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos" e nos elementos de despesa "41 - Contribuições", "42 - Auxílio" ou "43 - Subvenções Sociais";

II - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, no convênio ou instrumento congênere;

III - inexistência de prestação de contas rejeitada pelo Município;

IV - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, inclusive com inscrição no CNPJ, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, emitida no exercício de 2016 pelo conselho municipal respectivo;

V - manifestação prévia e expressa da assessoria jurídica do Município sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria; e

VI - prova, pela entidade beneficiada, da manutenção de escrituração contábil regular.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

Art. 37. As determinações contidas nesta seção não se aplicam aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.

Art. 38. A destinação de recursos de que tratam os artigos 32, 33, 34 e 35 não será permitida nos casos em que agente político do Poder Executivo ou Legislativo, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, salvo se a nomeação decorrer de imposição legal.

Art. 39. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma dos artigos 32, 33, 34 e 35, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis.

Art. 40. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos ou a pessoas físicas, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da LC nº 101/2000, e observadas, no que couber, as disposições desta Seção.

§ 1º. Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas de que trata o caput somente poderá ocorrer por meio de subvenções, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º. As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o caput deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação "60 - Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos" e no elemento de despesa "45 - Subvenções Econômicas".

Art. 41. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, cujos empenhos deverão ser feitos, obrigatoriamente, na modalidade de aplicação "71 - Transferências a Consórcios Públicos" e no elemento de despesa "70 - Rateio de participação em Consórcio Público".

§ 1º. se a entrega de recursos aos consórcios públicos tiver a finalidade de contraprestação direta em bens ou serviços, os empenhos nos elementos de despesas correspondentes serão feitos na modalidade de aplicação "72 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos".



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

§ 2º. As transferências de recursos a Consórcios Públicos que não seja decorrente de contrato de rateio e não represente contraprestação direta em bens ou serviços para o Município deverão ser empenhadas na modalidade de aplicação "70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais".

Art. 43. As transferências de recursos de que trata esta seção serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições financeiras oficiais, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere.

Art. 44. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios, de que trata esta seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se o seguinte preceito:

I - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único: ato do prefeito poderá autorizar, mediante justificativa dos convenientes ou executores, o pagamento em espécie a fornecedores e prestadores de serviços, desde que identificados no recibo ou documento fiscal pertinente.

Seção VI

Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 45. No caso de concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas, esses ficam condicionados ao pagamento de juros e às seguintes exigências:

- I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;
- II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;
- III - formalização de contrato;
- IV - assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º. Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o caput deste artigo;

§ 2º. As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em Lei específica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 46. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 47. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 48. No exercício de 2016, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 10 dessa Lei, deverão obedecer às disposições da LC nº 101/2000.

§ 1º. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias de 2016, relativo à pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de agosto de 2015, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o disposto no art. 51 desta Lei.

§ 2º. A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Art. 49. Para fins dos limites das despesas com pessoal, previstos no art. 19, inciso III, alíneas "a" e "b" da LC nº 101/2000, deverão ser incluídas:

I - as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal;

II - as despesas decorrentes da contratação de serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores públicos;

III - as transferências de recursos para cobertura de despesas com pessoal à serviço do Município, e contratado através de Instituições Privadas sem Fins Lucrativos que deverão, obrigatoriamente, ser registradas nas contas 3.1.5.0.11.99.10 - Transferências de Recursos para Cobertura de Despesas com Pessoal Contratado através de Instituições Privadas sem Fins Lucrativos e 3.1.5.0.13.00.00.00 - Obrigações Patronais, conforme o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

IV - as despesas custeadas com recursos entregues pelo Município a Consórcios Públicos para aplicação em pessoal, na forma prescrita pela Portaria n.º 72, de 01 de fevereiro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores públicos, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que:

I - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do Município, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria funcional extintos, total ou parcialmente;

II - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 50. Até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará, com base na situação vigente, tabela com os totais de cargos efetivos, comissionados e funções de confiança integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos efetivos vagos e ocupados por servidores estáveis e não estáveis e os quantitativos de cargos em comissão e funções de confiança vagos e ocupados, comparando-os com os quantitativos do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais ocorridas.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante a publicação de ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 51. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV - prover cargos em comissão e funções de confiança;

V - melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;

VI - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

VII - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

VIII - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.

§ 1º. No caso dos incisos I, II, III e IV além dos requisitos estabelecidos no caput deste artigo, os projetos de lei deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, para os



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

efeitos dos artigos 16 e 17 da LC nº 101/2000, o impacto orçamentário e financeiro decorrente, apresentando o efetivo acréscimo de despesas com pessoal.

§ 2º. No caso de provimento de cargos, salvo quando ocorrer dentro de 8 (oito) meses da sua criação, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deverá instruir o expediente administrativo correspondente, juntamente com a declaração do ordenador da despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, exigência essa a ser cumprida nos demais atos de contratação.

§ 3º. No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 4º. Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art. 52. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

- I - as situações de emergência ou de calamidade pública;
- II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
- III - a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

CAPÍTULO VIII DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 53. As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2016, especialmente sobre:

- a) atualização da planta genérica de valores do Município;
- b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
- c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

- d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
- g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
- h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
- i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 54. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 53, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 55. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º. A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do seu impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

- a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
- b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º. Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, a elevação do montante de recursos recebidos pelo município, oriundos da elevação de alíquotas e/ou ampliação da base de cálculo de tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 157 e 158 da Constituição Federal.

§ 3º. Não se sujeita às regras do §1º a simples homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente.

Art. 56. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do § 3º do art. 14, da Lei Complementar n.º 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da LC nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o caput deste artigo.

Art. 58. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016 ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei n.º 3.125 - Plano Plurianual 2014/2017 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º. Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

- a) pessoal e encargos sociais e
- b) serviço da dívida.

§ 2º. Também não serão admitidas às emendas que acarretem a alteração dos limites constitucionais previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde.

§ 3º. As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão preservar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

Art. 59. Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 60. Em consonância com o que dispõe o § 5.º do art. 166 da Constituição Federal poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

Art. 61. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2015, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º. Excetuem-se do disposto no caput deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

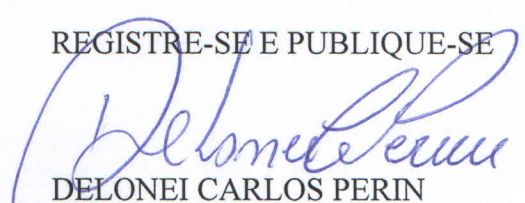
§ 2º. Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 62. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vila Maria - RS, 29 de setembro de 2015


NEURA LORINI MATT
Prefeita Municipal de Vila Maria

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE


DELONEI CARLOS PERIN
Secretário Municipal de Governo

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015
		Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	17.205.072,84	17.394.971,22	19.064.900,71	23.820.050,00
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	657.168,95	827.884,89	871.865,40	1.053.050,00
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	415.759,29	459.174,94	490.808,82	572.500,00
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	65.082,53	49.185,65	46.055,04	100.000,00
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Contribuições - R P P S	350.676,76	409.989,29	444.753,78	472.500,00
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.464.490,26	248.292,41	1.120.622,68	1.122.900,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.452.096,50	244.603,41	1.120.622,68	1.102.900,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	48.607,15	67.785,32	163.327,25	110.400,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	1.403.489,35	176.818,09	957.295,43	992.500,00
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	12.393,76	3.689,00		20.000,00
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	0,00			
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	9.736,00	3.314,00		20.000,00
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	352.102,19	317.628,24	416.353,02	665.800,00
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	14.201.318,09	15.463.776,46	16.108.348,41	20.213.500,00
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.498,06	74.900,28	56.902,38	172.300,00
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	104.498,06	74.900,28	45.684,53	172.300,00
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	0,00		11.217,85	
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	231.497,58	957.048,76	4.142.487,24	270.000,00
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO		602.079,24	98.420,76	0,00
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	50.766,61	132.093,99	214.884,14	130.000,00
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	94.530,97	111.841,21	87.920,66	140.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	86.200,00	111.034,32	3.741.271,68	0,00
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00			
7.2.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	446.315,86	575.002,57	660.155,23	630.000,00
9.0.0.0.00.00.00.00	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.298.138,59	-2.472.911,97	-2.672.880,80	-3.397.850,00
	TOTAL DA RECEITA	15.584.747,69	16.454.110,58	21.194.672,38	21.322.200,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015
		Liquidado	Liquidado	Liquidado	Reestimado
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	12.076.427,33	13.060.300,67	14.847.940,71	17.310.340,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.493.149,88	6.144.577,37	7.283.497,57	8.549.150,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	5.313.258,22	5.935.856,66	6.881.271,34	7.949.150,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	179.891,66	208.720,71	402.226,23	600.000,00
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	30.000,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	0,00			30.000,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS				
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.583.277,45	6.915.723,30	7.564.443,14	8.731.190,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.583.277,45	6.915.723,30	7.564.443,14	8.731.190,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS				
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.180.579,51	1.109.656,27	4.247.197,20	2.382.800,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.894.686,24	948.932,18	3.879.788,90	2.032.800,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	1.894.686,24	948.932,18	3.879.788,90	2.032.800,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS				
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	81.319,56	77.402,74	74.377,39	100.000,00
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	81.319,56	77.402,74	74.377,39	100.000,00
4.5.90.99.00.00.00	Outras inversões Financeiras				
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	204.573,71	83.321,35	293.030,91	250.000,00
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				134.060,00
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS				1.495.000,00
	TOTAL DA DESPESA	14.257.006,84	14.169.956,94	19.095.137,91	21.322.200,00
	PREVISÕES DA LEI DE ORÇAMENTO	2012	2013	2014	2015
	Receita Prevista (já deduzido o FUNDEB)	14.951.885,00	17.007.263,00	20.740.000,00	19.922.200,00
	Rendimento de Aplicações Financeiras	780.000,00	1.440.000,00	1.615.000,00	1.102.900,00
	Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00		
	Receita de Alienação de Bens	30.000,00	90.000,00	75.000,00	130.000,00
	Receita de Amort. de Empréstimos Concedidos	120.000,00	120.000,00	120.000,00	140.000,00
	Despesa Fixada (cfe lei de orçamento)	14.951.885,00	17.007.263,00	20.740.000,00	19.922.200,00
	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00		
	Amortização da Dívida	245.000,00	115.000,00	240.000,00	250.000,00
	Concessão de Empréstimos	120.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00

Município de : Vila Maria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016
TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

Exercício	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada	(657.863,95)	(437.863,95)	(262.718,37)	(626.742,56)	(1.082.418,00)	(1.642.872,65)
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	(1.829.077,61)	(2.067.915,36)	(1.866.677,43)	(1.921.223,47)	(1.951.938,75)	(1.913.279,88)
(3) Dívida Consolidada Líquida	1.171.213,66	1.630.051,41	1.603.959,06	1.294.480,91	869.520,75	270.407,24
(4) Passivos Reconhecidos						
(5) Dívida Fiscal Líquida	1.171.213,66	1.630.051,41	1.603.959,06	1.294.480,91	869.520,75	270.407,24
(6) Resultado Nominal	-	458.837,75	(26.092,35)	(309.478,15)	(424.960,16)	(599.113,51)

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	602.079,24	98.420,76	-			
2.2 Encargos	-	-	30.000,00	35.543,15	41.408,90	47.987,48
2.3 Amortizações	83.321,35	293.030,91	250.000,00	296.192,95	345.074,17	399.895,69

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Município de : Vila Maria

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS - LDO PARA 2016

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	REALIZADO 2014	REESTIMADO 2015	PROJETADO 2016	PROJETADO 2017	PROJETADO 2018
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	17.205.072,84	17.394.971,22	19.064.900,71	23.820.050,00	26.653.532,38	30.304.366,98	35.550.215,15
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	657.168,95	827.884,89	871.865,40	1.053.050,00	1.233.979,15	1.418.122,60	1.681.028,73
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	415.759,29	459.174,94	490.808,82	572.500,00	605.004,89	636.893,59	671.295,44
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	65.082,53	49.185,65	46.055,04	100.000,00	106.470,14	113.830,93	122.236,56
1.2.0.0.00.00.00.00	Receita de Contribuições - R P P S	350.676,76	409.989,29	444.753,78	472.500,00	498.534,75	523.062,66	549.058,87
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.464.490,26	248.292,41	1.120.622,68	1.122.900,00	1.184.963,82	1.243.688,53	1.306.049,50
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.452.096,50	244.603,41	1.120.622,68	1.102.900,00	1.163.669,79	1.220.922,34	1.281.602,18
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	48.607,15	67.785,32	163.327,25	110.400,00	116.483,04	122.214,01	128.288,04
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	1.403.489,35	176.818,09	957.295,43	992.500,00	1.047.186,75	1.098.708,34	1.153.314,14
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	12.393,76	3.689,00	-	20.000,00	21.294,03	22.766,19	24.447,31
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	9.736,00	3.314,00	-	20.000,00	21.294,03	22.766,19	24.447,31
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	352.102,19	317.628,24	416.353,02	665.800,00	708.878,20	757.886,35	813.851,03
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	14.201.318,09	15.463.776,46	16.108.348,41	20.213.500,00	22.715.964,24	26.028.879,02	30.842.929,55
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.498,06	74.900,28	58.902,38	172.300,00	183.448,05	196.130,70	210.613,60
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	104.498,06	74.900,28	45.694,53	172.300,00	183.448,05	196.130,70	210.613,60
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	-	-	11.217,85	-	-	-	-
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	231.497,58	957.048,76	4.142.497,24	270.000,00	287.469,38	307.343,52	330.038,72
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	-	602.079,24	98.420,76	-	-	-	-
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	50.766,61	132.093,99	214.884,14	130.000,00	138.411,18	147.980,21	158.907,53
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	94.530,97	111.841,21	87.920,66	140.000,00	149.058,20	159.363,31	171.131,19
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	86.200,00	111.034,32	3.741.271,68	-	-	-	-
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
7.2.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orcamentárias - RPPS	446.315,86	575.002,57	660.155,23	630.000,00	664.713,00	697.416,88	732.078,50
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.298.138,59)	(2.472.911,97)	(2.672.880,80)	(3.397.850,00)	(3.617.695,69)	(3.867.804,35)	(4.153.415,02)
	TOTAL DA RECEITA	15.584.747,69	16.454.110,58	21.194.672,38	21.322.200,00	23.988.019,07	27.441.323,02	32.458.917,34

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	LIQUIDADO 2012	LIQUIDADO 2013	LIQUIDADO 2014	REESTIMADO 2015	PROJETADO 2016	PROJETADO 2017	PROJETADO 2018
3.0.0.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	12.076.427,33	13.060.300,67	14.847.940,71	17.310.340,00	19.081.390,00	21.060.157,29	23.225.012,18
3.1.0.0.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.493.149,88	6.144.577,37	7.283.497,57	8.549.150,00	9.833.568,27	11.353.225,71	13.031.125,55
3.1.0.0.00.00.00.00	Pessoal Próprio	5.313.258,22	5.935.856,66	6.881.271,34	7.949.150,00	9.143.424,70	10.556.428,90	12.116.569,68
3.1.0.0.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	179.891,66	208.720,71	402.226,23	600.000,00	690.143,58	796.796,81	914.555,87
3.2.0.0.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	30.000,00	35.543,15	41.408,90	47.987,48
3.2.0.0.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	30.000,00	35.543,15	41.408,90	47.987,48
3.2.0.0.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.0.0.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.583.277,45	6.915.723,30	7.564.443,14	8.731.190,00	9.212.278,57	9.665.522,67	10.145.899,15
3.3.0.0.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.583.277,45	6.915.723,30	7.564.443,14	8.731.190,00	9.212.278,57	9.665.522,67	10.145.899,15
3.3.0.0.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.0.0.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.180.579,51	1.109.656,27	4.247.197,20	2.382.800,00	3.901.893,79	7.932.905,84	11.295.190,26
4.4.0.0.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.894.686,24	948.932,18	3.879.788,90	2.032.800,00	3.499.230,70	7.474.000,74	10.773.058,02
4.4.0.0.00.00.00.00	Investimentos	1.894.686,24	948.932,18	3.879.788,90	2.032.800,00	3.499.230,70	7.474.000,74	10.773.058,02
4.4.0.0.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.0.0.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	81.319,56	77.402,74	74.377,39	100.000,00	106.470,14	113.830,93	122.236,56
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	81.319,56	77.402,74	74.377,39	100.000,00	106.470,14	113.830,93	122.236,56
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
4.6.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA PÚBLICA	204.573,71	83.321,35	293.030,91	250.000,00	296.192,95	345.074,17	399.895,69
9.9.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	134.060,00	(515.555,63)	(3.074.131,18)	(3.581.180,75)
9.9.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	-	-	-	1.495.000,00	1.520.290,92	1.522.391,07	1.519.895,64
	TOTAL DA DESPESA	14.257.006,84	14.169.956,94	19.095.137,91	21.322.200,00	23.988.019,07	27.441.323,02	32.458.917,34

Município de : Vila Maria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Execício	2013	2014	2015	2016	2017	2018
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	5,91%	6,41%	8,40%	5,51%	4,92%	4,97%
VARIAÇÃO DO PIB	2,30%	0,10%	-1,23%	0,91%	1,90%	2,30%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	5,95%	12,13%	8,98%	9,02%	10,04%	9,34%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	-3,16%	2,87%	8,25%	0,00%	0,00%	0,00%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	17,77%	-1,20%	13,61%	10,06%	7,49%	10,39%
CRESC.REAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS	0,68%	-2,34%	18,31%	5,55%	7,17%	10,35%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL						
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-58,13%	302,35%	-54,78%	63,15%	103,57%	37,32%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	7,25%	10,95%	13,43%	12,29%	11,04%	10,40%
PIB / RS (em R\$ milhões)	310.458	363.244	375.094	412.762	452.125	486.531

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as fontes de receitas e/ou grupo de natureza de despesa, conforme especificações das tabelas a seguir

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	PIB	ESF.ARREC. TRIBUT.	CRESC. REC.TRANS FERIDAS	AUMENTO SALARIAL	TX DE JUROS
Receitas Tributárias	X	X	X			
Receitas de Contribuições - P M	X	X				
Receita de Contribuições - R P P S	X				X	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	X					
Rendimentos de Aplicações - PM	X					
Rendimentos de Aplicações - RPPS	X					
Outras Receitas Patrimoniais	X	X				
Receitas Agropecuárias	X	X				
Receitas Industriais	X	X				
Receitas de Serviços	X	X				
Transferências Correntes	X	X		X		
Outras Receitas Correntes - P M	X					
Outras Receitas Correntes - R P P S	X					
Operações de Crédito						
Alienação de Bens	X					
Amortização de Empréstimos	X					X
Transferências de Capital	X	X				
Outras Receitas de Capital	X					
Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	X				X	
Deduções da Receita	X					

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	CRESC. FOLHA	CRESC. CUSTEIOS	AUMENTO SALARIAL	CRESC. INVESTIM	TX DE JUROS
Pessoal Próprio	X	x		X		
Pessoal do R P P S	X	x		X		
Juros e Encargos da Dívida	X					X
Juros e encargos da Dívida RPPS	X					x
Outras Despesas Correntes	X		X			
Outras Despesas Corrente RPPS	X		X			
Investimentos	X				X	
Investimentos RPPS	X				x	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	X					
Outras Inversões Financeiras	X					
Amortização da Dívida Pública	X					x

Município de : Vila Maria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	23.988.019	22.735.304	0,006%	27.441.323	24.788.665	0,006%	32.458.917	27.932.958	0,007%
Receitas Primárias (I)	22.536.880	21.359.947	0,005%	25.913.057	23.408.131	0,006%	30.847.276	26.546.039	0,006%
Despesa Total	23.988.019	22.735.304	0,006%	27.441.323	24.788.665	0,006%	32.458.917	27.932.958	0,007%
Despesas Primárias (II)	23.549.813	22.319.982	0,006%	26.941.009	24.336.715	0,006%	31.888.798	27.442.334	0,007%
Resultado Primário (I – II)	(1.012.933)	(960.035)	0,000%	(1.027.952)	(928.583)	0,000%	(1.041.521)	(896.295)	0,000%
Resultado Nominal	(309.478)	(293.316)	0,000%	(424.960)	(383.881)	0,000%	(599.114)	(515.575)	0,000%
Dívida Pública Consolidada	(626.743)	(594.012)	0,000%	(1.082.418)	(977.784)	0,000%	(1.642.873)	(1.413.796)	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	1.294.481	1.226.880	0,000%	869.521	785.467	0,000%	270.407	232.703	0,000%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%

Município de : Vila Maria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total RPPS	2.210.435	2.095.000	0,001%	2.319.188	2.095.000	0,001%	2.434.452	2.095.000	0,001%
Receitas Primárias RPPS (I)	1.163.248	1.102.500	0,000%	1.220.480	1.102.500	0,000%	1.281.137	1.102.500	0,000%
Despesa Total RPPS	2.210.435	2.095.000	0,001%	2.319.188	2.095.000	0,001%	2.434.452	2.095.000	0,001%
Despesas Primárias RPPS (II)	2.210.435	2.095.000	0,001%	2.319.188	2.095.000	0,001%	2.434.452	2.095.000	0,001%
Resultado Primário RPPS (I – II)	(1.047.187)	(992.500)	0,000%	(1.098.708)	(992.500)	0,000%	(1.153.314)	(992.500)	0,000%

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : Vila Maria
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
 EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente (a)	Constante	(a / PIB) x 100	Corrente (b)	Constante	(b / PIB) x 100	Corrente (c)	Constante	(c / PIB) x 100
Receita Total	21.777.585	20.640.304	0,005%	25.122.135	22.693.665	0,006%	30.024.466	25.837.958	0,006%
Receitas Primárias (I)	21.373.632	20.257.447	0,005%	24.692.578	22.305.631	0,005%	29.566.139	25.443.539	0,006%
Despesa Total	21.777.585	20.640.304	0,005%	25.122.135	22.693.665	0,006%	30.024.466	25.837.958	0,006%
Despesas Primárias (II)	21.339.378	20.224.982	0,005%	24.621.821	22.241.715	0,005%	29.454.346	25.347.334	0,006%
Resultado Primário (I – II)	34.254	32.465	0,000%	70.756	63.917	0,000%	111.793	96.205	0,000%

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valor acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2014 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2014 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	20.740.000	0,006%	21.194.672	0,006%	454.672	2,19%
Receita Primárias (I)	18.930.000	0,005%	19.672.824	0,005%	742.824	3,92%
Despesa Total	20.740.000	0,006%	19.095.138	0,005%	(1.644.862)	-7,93%
Despesa Primárias (II)	20.400.000	0,006%	18.727.730	0,005%	(1.672.270)	-8,20%
Resultado Primário (I-II)	(1.470.000)	0,000%	945.095	0,000%	2.415.095	-164,29%
Resultado Nominal	-	0,000%	458.838	0,000%	458.838	-
Dívida Pública Consolidada	-	0,000%	(437.864)	0,000%	(437.864)	-
Dívida Consolidada Líquida	-	0,000%	1.630.051	0,000%	1.630.051	-

Município de : Vila Maria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2016

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	Variação %	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação%	2018	Variação %
Receita Total	17.007.263	20.740.000	21,95%	19.922.200	-3,94%	23.988.019	20,41%	27.441.323	14,40%	32.458.917	18,28%
Receitas Primárias (I)	15.357.263	18.930.000	23,26%	18.549.300	-2,01%	22.536.880	21,50%	25.913.057	14,98%	30.847.276	19,04%
Despesa Total	17.007.263	20.740.000	21,95%	19.922.200	-3,94%	23.988.019	20,41%	27.441.323	14,40%	32.458.917	18,28%
Despesas Primárias (II)	16.792.263	20.400.000	21,48%	19.572.200	-4,06%	23.549.813	20,32%	26.941.009	14,40%	31.888.798	18,37%
Resultado Primário (I – II)	(1.435.000)	(1.470.000)	2,44%	(1.022.900)	-30,41%	(1.012.933)	-0,97%	(1.027.952)	1,48%	(1.041.521)	1,32%
Resultado Nominal	-	-	0	-	0	(309.478)	0	(424.960)	37,32%	(599.114)	40,98%
Dívida Pública Consolidada	-	-	0	-	0	(626.743)	0	(1.082.418)	72,71%	(1.642.873)	51,78%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0	-	0	1.294.481	0	869.521	-32,83%	270.407	-68,90%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2013	2014	Variação %	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %
Receita Total	19.617.613	22.482.160	14,60%	19.922.200	-11,39%	22.735.304	14,12%	24.788.665	9,03%	27.932.958	12,68%
Receitas Primárias (I)	17.714.363	20.520.120	15,84%	18.549.300	-9,60%	21.359.947	15,15%	23.408.131	9,59%	26.546.039	13,41%
Despesa Total	19.617.613	22.482.160	14,60%	19.922.200	-11,39%	22.735.304	14,12%	24.788.665	9,03%	27.932.958	12,68%
Despesas Primárias (II)	19.369.613	22.113.600	14,17%	19.572.200	-11,49%	22.319.982	14,04%	24.336.715	9,04%	27.442.334	12,76%
Resultado Primário (I – II)	(1.655.250)	(1.593.480)	-3,73%	(1.022.900)	-35,81%	(960.035)	-6,15%	(928.583)	-3,28%	(896.295)	-3,48%
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	(293.316)	-	(383.881)	30,88%	(515.575)	34,31%
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	(594.012)	-	(977.784)	64,61%	(1.413.796)	44,59%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	1.226.880	-	785.467	-35,98%	232.703	-70,37%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2016), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2013, 2014 e 2015), bem como para os dois seguintes (2017 e 2018), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2013, 2014 e 2015 foram extraídos das respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : Vila Maria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	8.531.395,08	59,49%	8.118.246,68	95,16%	8.156.657,39	100,47%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	5.809.404,95	40,51%	413.148,40	4,84%	(38.410,71)	-0,47%
TOTAL	14.340.800,03	100,00%	8.531.395,08	100,00%	8.118.246,68	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	2.139.940,36	103,35%	2.139.940,36	100,00%	1.428.421,98	66,75%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	(69.374,49)	-3,35%	-	0,00%	711.518,38	33,25%
TOTAL	2.070.565,87	100,00%	2.139.940,36	100,00%	2.139.940,36	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	10.671.335,44	65,02%	10.258.187,04	96,13%	9.585.079,37	93,44%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	5.740.030,46	34,98%	413.148,40	3,87%	673.107,67	6,56%
TOTAL	16.411.365,90	100,00%	10.671.335,44	100,00%	10.258.187,04	100,00%

Município de : Vila Maria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2014	2013	2012
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2012		(6.553.674,69)	(4.423.861,79)
RECEITAS DE CAPITAL	214.884,14	132.093,99	50.766,61
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	214.884,14	132.093,99	50.766,61
Alienação de Bens Móveis	214.884,14	132.093,99	50.766,61
Alienação de Bens Imóveis			-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	-	-	-
TOTAL	214.884,14	132.093,99	(4.373.095,18)
DESPESAS EXECUTADAS	2014	2013	2012
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	4.247.197,20	1.109.656,27	2.180.579,51
Investimentos	3.879.788,90	948.932,18	1.894.686,24
Inversões Financeiras	74.377,39	77.402,74	81.319,56
Amortização da Dívida	293.030,91	83.321,35	204.573,71
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	4.247.197,20	1.109.656,27	2.180.579,51
SALDO FINANCEIRO			
	(11.563.550,03)	(7.531.236,97)	(6.553.674,69)

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2012, 2013 e 2014).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : Vila Maria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.754.166,11	586.807,38	1.413.267,06
RECEITAS CORRENTES	1.754.166,11	586.807,38	1.413.267,06
Receita de Contribuições dos Segurados	350.676,76	409.989,29	444.753,78
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições	1.403.489,35	176.818,09	957.295,43
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	-	-	11.217,85
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			11.217,85
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	446.315,86	575.002,57	660.155,23
RECEITAS CORRENTES	446.315,86	575.002,57	660.155,23
Receita de Contribuições	446.315,86	575.002,57	660.155,23
Patronal	446.315,86	575.002,57	660.155,23
Pessoal Civil	446.315,86	575.002,57	660.155,23
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	2.200.481,97	1.161.809,95	2.073.422,29

DESPESAS	2012	2013	2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	179.891,66	208.720,71	402.226,23
ADMINISTRAÇÃO	179.891,66	208.720,71	402.226,23
Despesas Correntes	179.891,66	208.720,71	402.226,23
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA	-	-	-
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	179.891,66	208.720,71	402.226,23

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	2.020.590,31	953.089,24	1.671.196,06
--	---------------------	-------------------	---------------------

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2012	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh:mm>

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2012, 2013 e 2014, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2014.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Município de : Vila Maria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
Exercício de 2016

AMF – Tabela 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
			-	
			-	-
			-	-
			-	-
			-	-
			-	-
...				
...				

Fonte: conforme relatório em anexo assinado pelo atuário

Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - 2014

RS - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

CNPJ : 92406115000107

SIAFI : 987309

Cadastro de

Nome do Plano : FAPS

QUADRO 1 - Dados do Regime Próprio de Previdência - RPP

1.1 Avaliação Atuarial

Data da Avaliação: 31/12/2013
Data-Base: 30/12/2013
Descrição da Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo, Servidores População Coberta: Aposentados e Pensionistas sujeitos ao Regime Jurídico Único.

Obs: Data da Avaliação deve ser maior que a Data-Base
Data-Base: data de extração das informações cadastrais

1.2 Plano de Benefícios, Regime Financeiro e Método de Financiamento

Benefícios do Plano		Regime Financeiro *	Método **
Sim	Aposentadorias por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	CAP	IEN
Sim	Aposentadoria por Invalidez	CAP	IEN
Sim	Pensão por Morte de segurado Ativo	RCC	
Sim	Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	CAP	IEN
Sim	Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	RCC	
	Auxílio-doença	RS	
	Salário-maternidade	RS	
	Auxílio-reclusão	RS	
	Salário-família	RS	

* Regime Financeiro
RCC = Repartição de Capitais de Cobertura
RS = Repartição Simples
CAP = Capitalização

** Método de Financiamento
UC = Crédito Unitário
PUC = Crédito Unitário Projetado
PNI = Prêmio Nivelado Individual
IEN = Idade de Entrada Normal

QUADRO 2 - Hipóteses

2.1 Hipóteses Financeiras

Hipóteses	Valores
Taxa de Juros Real	6,00
Taxa Real de Crescimento do Salário por Mérito	1,40
Projeção de Crescimento Real do Salário por Produtividade	0,00
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Salários	100,00
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo Dos Benefícios	100,00

2.2 Hipóteses Biométricas

Hipóteses	Valores
Novos Entrados *	1 : 1
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador morte)	Outros
Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador sobrevivência)	Outros
Tábua de Mortalidade de Inválido **	Outros
Tábua de Entrada em Invalidez ***	alvaro
Tábua de Morbidez	
Outras Tábuas utilizadas	
Composição Familiar	Cônjuge e/ou filho(a) dependente(s) do Servidor Público (conforme dados encaminhados pelo Ente) e/ou experiência no Serviço Público Municipal.

* Descrever a hipótese de comportamento da contratação de novos servidores.

** Tábua de Mortalidade de Inválido EIAPC = Experiência IAPC

*** Tábua de Entrada em Invalidez AV = Alvaro Vindas

QUADRO 3 - Resultados

3.1 Valores

Campos	Valores da avaliação atuarial em R\$ *	
	Benefícios - Regime de Capitalização	Benefícios - Regime de Repartição
Ativo do Plano	10.010.927,76	
Valor Atual dos Salários Futuros	114.546.120,62	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	25.196.635,35	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	2.333.055,63	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	0,00	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	0,00	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	3.845.557,81	

Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	3.845.557,81	
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	4.845.225,62	
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	132.719,18	
Resultado Atuarial: (+) Superávit / (-) Déficit	- 5.115.141,16	

* Preencha os valores com centavos sem vírgulas. Por exemplo: Para 1.593,75 deve ser informado 159375

Observações

500 Qtd. de caracteres

3.2 Plano de Custeio - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Contribuinte	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Ente Público	11,00	8,45
Servidor Ativo	11,00	0,00
Servidor Aposentado	11,00	0,00
Pensionista	11,00	0,00
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público **	FRA	FRA

Observações

A metodologia para determinação do plano de custeio envolve a base de incidência correspondente à folha dos servidores ativos acrescida do valor que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS referente a folha dos aposentados e pensionistas. Contudo, como não houve aposentados e pensionistas que recebem mais

76 Qtd. de caracteres

* Caso haja segregação das alíquotas de contribuição por faixa salarial, idade ou outros critérios, tal divisão deverá ser detalhada no parâmetro atuarial.

** Base de Incidência

FRA = Folha de remuneração dos ativos

FRA - PA = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados

FRA - PAP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas

FRA - PP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos pensionistas

FPA = Folha de Proventos dos aposentados

FPP = Folha de proventos dos pensionistas

FPAP = Folha de proventos dos aposentados e dos pensionistas

3.3 Plano de Custeio por Benefício - Alíquotas de Equilíbrio Definidas na Avaliação Atuarial

Benefício	Custo Normal *	Custo Suplementar *
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	13,92	5,35
Aposentadoria por Invalidez	1,79	0,69
Pensão por Morte de Segurado Ativo	4,65	1,79
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	1,63	0,63
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,01	0,01
Auxílio Doença		
Salário Maternidade		
Auxílio Reclusão		
Salário Família		
Base de Incidência das Contribuições **	FRA	FRA

* Caso haja segregação das alíquotas de contribuição por faixa salarial, idade ou outros critérios, tal divisão deverá ser detalhada no parâmetro atuarial.

** Base de Incidência

FRA = Folha de remuneração dos ativos

FRA - PA = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados

FRA - PAP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos aposentados e pensionistas

FRA - PP = Folha de remuneração dos ativos e proventos dos pensionistas

FPA = Folha de Proventos dos aposentados

FPP = Folha de proventos dos pensionistas

FPAP = Folha de proventos dos aposentados e dos pensionistas

QUADRO 4 - Estatísticas

Situação da População Coberta	Quantidade		Remuneração Média (R\$) *		Idade Média	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ativos	114	53	1.603,21	2.073,37	43	42
Aposentados por Tempo de Contribuição	5	3	1.420,59	2.037,23	56	69
Aposentados por Idade	1	2	740,28	1.110,63	66	67
Aposentados Compulsória	0	0	0,00	0,00	0	0
Aposentados por Invalidez	0	0	0,00	0,00	0	0
Pensionistas	1	0	922,99	0,00	67	0

* Preencha os valores com centavos sem vírgulas. Por exemplo: Para 1.593,75 deve ser informado 159375

QUADRO 5 - Projeção Atuarial

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2014	1.755.795,40	444.736,12	11.321.987,04
2015	2.038.037,45	558.603,23	12.801.421,26
2016	2.197.665,34	739.222,96	14.259.863,65
2017	2.345.074,37	882.533,27	15.722.404,74
2018	2.470.893,97	952.269,99	17.241.028,71
2019	2.588.120,65	981.346,95	18.847.802,42
2020	2.732.327,95	1.081.917,99	20.498.212,38
2021	2.885.188,53	1.201.783,31	22.181.617,60
2022	3.053.271,76	1.364.957,54	23.869.931,83
2023	3.219.295,27	1.519.438,32	25.569.788,78
2024	3.372.556,34	1.684.356,54	27.257.988,59
2025	3.521.218,46	1.846.195,88	28.933.011,17
2026	3.682.253,93	2.067.798,90	30.547.466,20
2027	3.807.223,53	2.180.678,69	32.174.011,05
2028	3.917.263,54	2.238.880,76	33.852.393,83
2029	4.093.387,53	2.460.647,09	35.485.134,27
2030	4.219.935,28	2.597.858,09	37.107.211,46
2031	4.353.073,86	2.777.204,83	38.683.080,48

2032	4.489.856,76	3.000.715,90	40.172.221,35
2033	4.594.055,15	3.113.740,17	41.652.536,32
2034	4.673.154,36	3.113.740,17	43.211.950,51
2035	4.815.979,77	3.251.455,17	44.776.475,11
2036	4.958.625,14	3.385.216,62	46.349.883,63
2037	5.082.079,68	3.418.817,23	48.013.146,08
2038	5.238.935,69	3.590.905,91	49.661.175,85
2039	5.345.413,19	3.699.038,86	51.307.550,18
2040	5.452.144,60	3.819.363,20	52.940.331,57
2041	5.554.490,17	3.930.924,53	54.563.897,20
2042	5.640.961,15	3.958.605,24	56.246.253,12
2043	5.749.681,44	4.112.555,11	57.883.379,45
2044	5.888.599,33	4.219.741,70	59.552.237,08
2045	6.044.192,45	4.423.106,79	61.173.322,74
2046	6.222.535,72	4.484.819,43	62.311.039,03
2047	6.682.990,32	4.627.128,26	63.366.901,09
2048	5.732.848,99	4.743.619,99	64.356.130,09
2049	5.774.863,98	4.843.938,64	65.287.055,43
2050	5.809.178,22	4.919.626,90	66.176.606,76
2051	5.898.996,09	5.088.075,82	66.987.527,03
2052	5.978.262,43	5.195.444,16	67.770.345,30
2053	6.051.681,56	5.258.419,24	68.563.607,62
2054	6.072.795,53	5.321.394,32	69.315.008,83
2055	6.092.943,42	5.415.856,94	69.992.095,31
2056	6.104.829,14	5.478.832,02	70.618.092,43
2057	6.110.794,89	5.510.319,56	71.218.567,75
2058	6.118.046,60	5.604.782,18	71.731.832,18
2059	6.117.219,36	5.667.757,26	72.181.294,27
2060	6.110.666,53	5.699.244,80	72.592.716,00
2061	6.102.772,00	5.793.707,42	72.901.780,57
2062	6.086.532,36	5.825.194,96	73.163.117,96
2063	6.067.119,08	5.919.657,58	73.310.579,46
2064	6.099.449,42	5.919.657,58	73.490.371,30
2065	6.134.048,34	5.982.632,67	73.641.786,97
2066	6.167.278,04	6.045.607,75	73.763.457,27
2067	6.199.061,05	6.108.582,83	73.853.935,49
2068	6.229.315,30	6.140.070,37	73.943.180,42
2069	6.259.843,10	6.203.045,45	73.999.978,07
2070	6.288.776,49	6.234.532,99	74.054.221,57
2071	6.317.913,99	6.297.508,07	74.074.627,49
2072	6.345.383,59	6.328.995,61	74.091.015,48
2073	6.372.979,56	6.391.970,69	74.072.024,34
2074	6.398.825,35	6.391.970,69	74.078.879,00
2075	6.426.599,68	6.423.458,23	74.082.020,46
2076	6.454.534,31	6.486.433,31	74.050.121,45
2077	6.480.754,95	6.517.920,85	74.012.955,55
2078	6.507.053,46	6.580.895,93	73.939.113,09
2079	6.531.550,78	6.580.895,93	73.889.767,94
2080	6.557.922,93	6.612.383,47	73.835.307,39
2081	6.584.398,81	6.675.358,55	73.744.347,65
2082	6.609.101,15	6.675.358,55	73.678.090,25
2083	6.635.707,87	6.706.846,09	73.606.952,03
2084	6.662.449,89	6.769.821,17	73.499.580,75
2085	6.687.452,08	6.769.821,17	73.417.211,65
2086	6.347.308,55	6.801.308,71	72.963.211,49
2087	6.354.669,61	6.832.796,25	72.485.084,85
2088	6.361.156,35	6.864.283,80	71.981.957,40

QUADRO 6 - Parecer Atuarial

A prefeitura municipal de Vila Maria - RS instituiu o seu Regime Próprio de Previdência em 31/03/1997 (LM nº 544/97), denominando-se desde então Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor - FAPS.

A Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro 2013 foi elaborada seguindo os seguintes critérios:

Idade hipotética, por sexo, adotada nesta avaliação como primeira vinculação a qualquer regime previdenciário para suprir deficiência cadastral no cálculo da estimativa do tempo de contribuição, ou a justificativa técnica pertinente, conforme quadro:

Idade Hipotética Adotada Nesta Avaliação Como Primeira Vinculação a Regime Previdenciário - Masculino	28
Idade Hipotética Adotada Nesta Avaliação Como Primeira Vinculação a Regime Previdenciário - Feminino	28

Justificativa Técnica: Foi usado o tempo total de trabalho no serviço privado e público informado pelo ente ou experiência no serviço público municipal.

Idade média projetada, por sexo, verificada na avaliação atuarial para a aposentadoria programada dos servidores válidos, conforme quadro:

Idade Média Projetada Para a Aposentadoria Programada - Não Professores - Masculino	64
Idade Média Projetada Para a Aposentadoria Programada - Não Professores - Feminino	60
Idade Média Projetada Para a Aposentadoria Programada - Professores - Masculino	56
Idade Média Projetada Para a Aposentadoria Programada - Professores - Feminino	55

A Meta Atuarial (Bruta = juros + inflação) em 2013 conforme a Política de Investimentos, a rentabilidade nominal (Bruta = Juros+Inflação) em 2013 auferida na aplicação dos recursos do RPPS calculada com base na Taxa Interna de Retorno (TIR) anualizada, percentual da inflação anual identificando o indexador e a justificativa técnica quanto à adequação da taxa de juros reais adotada na avaliação comparada à rentabilidade auferida na aplicação dos recursos do RPPS e o estabelecido na Política de Investimentos, conforme quadro - (em percentuais):

Meta Atuarial (Bruta = Juros + Inflação) em 2013 - Política de Investimentos	11,8965%
Rentabilidade Nominal (Bruta = Juros + Inflação) em 2013	5,8472%
Inflação Anual - 2013:	5,5627%
Indexador:	INPC

Justificativa Técnica: Para a avaliação atuarial foi mantida a taxa de juros em cumprimento ao artigo 9º da Portaria 403/08.

A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento da remuneração adotada nesta avaliação e a média da taxa anual real de crescimento da remuneração dos últimos três anos, conforme quadro:

Taxa Média Anual Real de Crescimento da Remuneração Nos Últimos Três Anos **11,80%**

Justificativa Técnica: A taxa real de crescimento salarial usada no longo prazo foi determinada a partir do RJU e dos Planos de Carreira do Quadro Geral e do Quadro do Magistério. O valor calculado a partir das Variações das Folhas de Pagamento dos últimos 3 anos difere no longo prazo, devido a mudanças conjunturais.

A justificativa técnica para eventuais discrepâncias da taxa anual real de crescimento dos benefícios do plano adotada nesta avaliação comparada com a verificada na análise dos benefícios, conforme quadro:

Taxa Média Anual Real de Crescimento dos Benefícios Verificada na Análise dos Benefícios **0,0%**

Justificativa Técnica: Em relação ao Crescimento dos Benefícios do Plano a taxa considerada é zero, pois, entre os benefícios de médio e longo prazo (Aposentadorias e Pensões), nem todas foram concedidas no regime da paridade em relação aos Servidores que estão em atividade. Além disso, as respectivas Reservas Matemáticas de Benefício Concedido são recalculadas anualmente e as eventuais diferenças repassadas como custo na forma de Contribuição Suplementar. Em relação aos benefícios eventuais e de Curto Prazo (Auxílio Doença, Salário Maternidade, Salário Família e Auxílio Reclusão), o crescimento considerado também é zero pois, estes são custeados na forma de Repartição Simples.

A avaliação atuarial considerou a contribuição dos Servidores Ativos sobre o total da remuneração de contribuição definida em lei; para os Servidores Aposentados e Pensionistas apenas sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social vigente até a data de realização da avaliação atuarial; e, para o Município o custeio será sobre a folha dos segurados que contribuem. Nesta situação, a opção de custeio escolhida pelo RPPS visando o equilíbrio financeiro e atuarial é a seguinte:

CUSTEIO NORMAL (CN) E CUSTEIO ESPECIAL (CS)

Vigência	Servidor (CN)	Empregador (CN)	Empregador (CS)	TOTAL
2014	11,00	11,00	5,40	27,40
2015	11,00	11,00	7,00	29,00
2016 - 2045	11,00	11,00	8,60	30,60

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ATUARIAL - BENEFÍCIOS AVALIADOS EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO CRITÉRIOS E JUSTIFICATIVA:
Foram considerados novos entrandos somente para a projeção de 75 anos. Os novos entrantes substituem os que se inativam e os que falecem em atividade, mantendo constante o número de segurados ativos e o perfil por sexo. Os valores das Gerações Futuras são nulos para efeito de cálculo de Reservas. Consequentemente, os valores do Grupo Aberto serão idênticos ao do Grupo Fechado.

CUSTO NORMAL - GRUPO FECHADO (Geração Atual)

DESCRIÇÃO	GRUPO FECHADO (Geração Atual)	Gerações Futuras	GRUPO ABERTO (Consolidado)
VALORES	VALORES	VALORES	VALORES
VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS	114.546.120,62	239.892.572,83	354.438.693,45
ATIVO	10.010.927,76	30.469.344,13	40.480.271,89
Aplicações Financeiras e Disponibilidades Conforme DAIR	10.010.927,76	-	10.010.927,76
Créditos a Receber Conforme Art. 17, § 5º da Portaria MPS 403/2008	-	-	-
Propriedades Para Investimentos (Imóveis)	-	-	-
Direitos Sobre Royalties	-	-	-
Bens, Direitos e Demais Ativos	-	-	-
PMBC	2.333.055,63	-	2.333.055,63
VABF - CONCEDIDOS	2.333.055,63	-	2.333.055,63
(-) VACF - CONCEDIDO - ENTE	-	-	-
(-) VACF - CONCEDIDO - APOSENTADOS E PENSIONISTAS	-	-	-
PMBAC	17.505.519,73	35.550.447,76	53.055.967,49
VABF - A CONCEDER	25.196.635,35	50.811.036,30	76.007.671,65
(-) VACF - A CONCEDER - ENTE	3.845.557,81	7.630.294,27	11.475.852,08
(-) VACF - A CONCEDER - SERVIDORES EM ATIVIDADE	3.845.557,81	7.630.294,27	11.475.852,08
PROVISÃO MATEMÁTICA - TOTAL	19.838.575,36	35.550.447,76	55.389.023,12
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECEBER	4.845.225,62	5.081.103,63	9.926.329,25
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A PAGAR	(132.719,18)	-	(132.719,18)
RESULTADO ATUARIAL:	(5.115.141,16)	(0,00)	(5.115.141,16)
(Déficit Atuarial)/Superávit Atuarial/Equilíbrio Atuarial)			

A Base de Cálculo para 2014 foi projetada considerando-se um crescimento real da remuneração de contribuição de 1,4% a.a.. Não foi considerado novos entrandos na definição do custo normal, apenas a Geração Atual pois, anualmente realiza-se uma Avaliação Atuarial sempre com base de dados atualizada. Dessa forma, qualquer ajuste necessário ao custeio normal se dá no transcorrer do tempo conforme os resultados indiquem a necessidade. Por outro lado, projetou-se qual seria a Reserva Matemática necessária para atender uma nova geração de segurados, considerando que se mantivesse o perfil atual de segurados ativos por quantidade, idade inicial de ingresso, sexo e tempo trabalhado.

Alíquotas - Com Pagamentos Postecipados:

Ente Federativo:	VILA MARIA/RS
Juros (aa):	6,00%
Prazo (Anos):	32
Deficit:	5.115.141,16
Qtdd - Mulheres Ativas:	114

Qtdd - Homens Ativos:	53
Salário - Mulheres:	1.603,21
Salário - Homens:	2.073,37
Folha Salarial Ativos - FSA (Anual):	3.804.508,89
Excedente Benefício Inativos - EBI (Anual):	0,00

AMORTIZAÇÃO DO DEFICIT - POR ALÍQUOTAS PAGAMENTOS POSTECIPADOS:

n	Ano	Percentual	Base de Cálculo	Saldo Inicial	Juros	(-) Pagamento	Saldo Final
1	2014	5,40%	3.857.772,01	5.115.141,16	306.908,47	208.319,69	5.213.729,94
2	2015	7,00%	3.911.780,82	5.213.729,94	312.823,80	273.824,66	5.252.729,08
3	2016	8,60%	3.966.545,75	5.252.729,08	315.163,74	341.122,93	5.226.769,89
4	2017	8,60%	4.022.077,39	5.226.769,89	313.606,19	345.898,66	5.194.477,42
5	2018	8,60%	4.078.386,48	5.194.477,42	311.668,65	350.741,24	5.155.404,83
6	2019	8,60%	4.135.483,89	5.155.404,83	309.324,29	355.651,61	5.109.077,51
7	2020	8,60%	4.193.380,66	5.109.077,51	306.544,65	360.630,74	5.054.991,42
8	2021	8,60%	4.252.087,99	5.054.991,42	303.299,49	365.679,57	4.992.611,34
9	2022	8,60%	4.311.617,22	4.992.611,34	299.556,68	370.799,08	4.921.368,94
10	2023	8,60%	4.371.979,87	4.921.368,94	295.282,14	375.990,27	4.840.660,81
11	2024	8,60%	4.433.187,58	4.840.660,81	290.439,65	381.254,13	4.749.846,32
12	2025	8,60%	4.495.252,21	4.749.846,32	284.990,78	386.591,69	4.648.245,41
13	2026	8,60%	4.558.185,74	4.648.245,41	278.894,72	392.003,97	4.535.136,16
14	2027	8,60%	4.622.000,34	4.535.136,16	272.108,17	397.492,03	4.409.752,30
15	2028	8,60%	4.686.708,35	4.409.752,30	264.585,14	403.056,92	4.271.280,52
16	2029	8,60%	4.752.322,26	4.271.280,52	256.276,83	408.699,71	4.118.857,64
17	2030	8,60%	4.818.854,77	4.118.857,64	247.131,46	414.421,51	3.951.567,59
18	2031	8,60%	4.886.318,74	3.951.567,59	237.094,06	420.223,41	3.768.438,23
19	2032	8,60%	4.954.727,20	3.768.438,23	226.106,29	426.106,54	3.568.437,99
20	2033	8,60%	5.024.093,38	3.568.437,99	214.106,28	432.072,03	3.350.472,23
21	2034	8,60%	5.094.430,69	3.350.472,23	201.028,33	438.121,04	3.113.379,53
22	2035	8,60%	5.165.752,72	3.113.379,53	186.802,77	444.254,73	2.855.927,57
23	2036	8,60%	5.238.073,26	2.855.927,57	171.355,65	450.474,30	2.576.808,92
24	2037	8,60%	5.311.406,29	2.576.808,92	154.608,54	456.780,94	2.274.636,52
25	2038	8,60%	5.385.765,97	2.274.636,52	136.478,19	463.175,87	1.947.938,83
26	2039	8,60%	5.461.166,70	1.947.938,83	116.876,33	469.660,34	1.595.154,83
27	2040	8,60%	5.537.623,03	1.595.154,83	95.709,29	476.235,58	1.214.628,54
28	2041	8,60%	5.615.149,75	1.214.628,54	72.877,71	482.902,88	804.603,37
29	2042	8,60%	5.693.761,85	804.603,37	48.276,20	489.663,52	363.216,05
30	2043	8,60%	5.773.474,52	363.216,05	21.792,96	496.518,81	-111.509,79
31	2044	8,60%	5.854.303,16	-111.509,79	-6.690,59	503.470,07	-621.670,45
32	2045	8,60%	5.936.263,40	-621.670,45	-37.300,23	510.518,65	-1.169.489,33

No anexo VIII que acompanha a Nota Técnica Atuarial, está um fluxo com a evolução mensal das Provisões Matemáticas para um período de 12 meses a contar da data-base do cálculo, conforme Tabela abaixo:

EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Mês	2.2.7.2.1.03.00	2.2.7.2.1.03.01	2.2.7.2.1.03.02	2.2.7.2.1.03.03	2.2.7.2.1.03.04	2.2.7.2.1.03.05	2.2.7.2.1.03.06	
(k)	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	APOSENTADORIAS / PENSÕES / OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	
0	1.933.685,38	2.333.055,63	-	-	-	(399.370,25)	-	
1	1.938.406,02	2.341.735,52	-	-	-	(403.329,50)	-	
2	1.943.126,67	2.350.415,41	-	-	-	(407.288,74)	-	
3	1.947.847,31	2.359.095,30	-	-	-	(411.247,99)	-	
4	1.952.567,96	2.367.775,19	-	-	-	(415.207,23)	-	
5	1.957.288,60	2.376.455,08	-	-	-	(419.166,48)	-	
6	1.962.009,25	2.385.134,97	-	-	-	(423.125,72)	-	
7	1.966.729,90	2.393.814,86	-	-	-	(427.084,96)	-	
8	1.971.450,54	2.402.494,75	-	-	-	(431.044,21)	-	
9	1.976.171,19	2.411.174,64	-	-	-	(435.003,45)	-	
10	1.980.891,83	2.419.854,53	-	-	-	(438.962,70)	-	
11	1.985.612,48	2.428.534,42	-	-	-	(442.921,94)	-	
12	1.990.333,12	2.437.214,31	-	-	-	(446.881,18)	-	
Mês	2.2.7.2.1.04.00	2.2.7.2.1.04.01	2.2.7.2.1.04.02	2.2.7.2.1.04.03	2.2.7.2.1.04.04	2.2.7.2.1.04.05	2.2.7.2.1.05.00	2.2.7.2.1.05.98
(k)	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	APOSENTADORIAS / PENSÕES / OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	(-) PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO
0	13.192.383,54	25.196.635,35	(3.845.557,81)	(3.845.557,81)	(4.313.136,19)	-	(5.115.141,16)	(5.115.141,16)
1	13.323.169,12	25.516.167,31	(3.918.546,53)	(3.918.556,25)	(4.355.895,40)	-	(5.121.880,08)	(5.121.880,08)
2	13.453.954,69	25.835.699,26	(3.991.535,26)	(3.991.554,69)	(4.398.654,62)	-	(5.128.619,01)	(5.128.619,01)
3	13.584.740,27	26.155.231,22	(4.064.523,98)	(4.064.553,14)	(4.441.413,84)	-	(5.135.357,93)	(5.135.357,93)
4	13.715.525,84	26.474.763,18	(4.137.512,70)	(4.137.551,58)	(4.484.173,06)	-	(5.142.096,86)	(5.142.096,86)
5	13.846.311,42	26.794.295,14	(4.210.501,43)	(4.210.550,02)	(4.526.932,27)	-	(5.148.835,78)	(5.148.835,78)
6	13.977.096,99	27.113.827,09	(4.283.490,15)	(4.283.548,46)	(4.569.691,49)	-	(5.155.574,71)	(5.155.574,71)
7	14.107.882,57	27.433.359,05	(4.356.478,87)	(4.356.546,90)	(4.612.450,71)	-	(5.162.313,63)	(5.162.313,63)
8	14.238.668,14	27.752.891,01	(4.429.467,60)	(4.429.545,34)	(4.655.209,92)	-	(5.169.052,56)	(5.169.052,56)

9	14.369.453,72	28.072.422,96	(4.502.456,32)	(4.502.543,79)	(4.697.969,14)	-	(5.175.791,48)	(5.175.791,48)
10	14.500.239,29	28.391.954,92	(4.575.445,04)	(4.575.542,23)	(4.740.728,36)	-	(5.182.530,41)	(5.182.530,41)
11	14.631.024,86	28.711.486,88	(4.648.433,77)	(4.648.540,67)	(4.783.487,58)	-	(5.189.269,33)	(5.189.269,33)
12	14.761.810,44	29.031.018,84	(4.721.422,49)	(4.721.539,11)	(4.826.246,79)	-	(5.196.008,26)	(5.196.008,26)

Um eventual aumento do déficit oriundo da ausência de contribuição para o fundo com ou sem ingresso de novos servidores ao FAPS poderá ser amortizado através da Compensação Financeira e/ou do aumento da alíquota de Contribuição Especial.

QUADRO 7 - Certificado

Certifico para os devidos fins, que este Demonstrativo representa o Resumo do Cálculo Atuarial por mim realizado, sendo os resultados de minha inteira responsabilidade para quaisquer aspectos legais.

7.1 Atuário Responsável pela Avaliação

Nome: Francisco Humberto Simões Magro

MIBA: 494

CPF: 22852166020

Correio eletrônico: magro@qbnet.com.br

Telefone: (051) 32129917

Data: 2/4/2014

Assinatura:

Certifico para os devidos fins, que este é o Demonstrativo Oficial, referente ao exercício em questão, estando ciente das informações repassadas pelo atuário responsável técnico.

7.2 Representante Legal do RPPS

Nome: Nelci Lucia Sciota

Cargo: Presidente

CPF: 49938428053

Correio eletrônico: cadastrorural@pmvilamaria.com.br

Telefone: (054) 33591200

Data: 2/4/2014

Assinatura:

Avisos:

O preenchimento do campo "Descrição da População Coberta" é obrigatório

O campo "Auxílio Doença" é facultativo e não foi preenchido

O campo "Salário Maternidade" é facultativo e não foi preenchido

O campo "Auxílio Reclusão" é facultativo e não foi preenchido

O campo "Salário Família" é facultativo e não foi preenchido

O campo "Taxa de Juros Real" deve ter valor maior que 0 e menor que 6

O campo "Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

O preenchimento do campo "Valor Atual do Resultado Atuarial - Capitalização" é obrigatório

O campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

O campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder) - Repartição" é facultativo e não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios concedidos) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios concedidos) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a conceder) - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual da Compensação Financeira a Receber - Repartição" não foi preenchido

Foi selecionado regime de Repartição e o campo "Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar - Repartição" não foi preenchido

Fechar

Município de : Vila Maria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
				-	-	Vide Obsevação abaixo
				-	-	
				-	-	
				-	-	
				-	-	
				-	-	
TOTAL			-	-	-	-

Fonte:

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2016 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2017 e 2018, foram claculados a partir dos valores de 2016, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2017: 4,92%

Inflação para 2018: 4,97%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 53 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : Vila Maria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita	1.432.666,56
Decorrente de Receitas Tributárias	116.487,63
Decorrente de Transferências Correntes	1.316.178,93
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(30.920,44)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.401.746,12
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	1.401.746,12
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	770.884,38
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	770.884,38
Relativas a Outras Despesas Correntes	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	630.861,74

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2016 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2015-2016.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2016, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2015-2016 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.

Município de : Vila Maria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	-

Fonte:

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2016, adequar-se-ão às receitas do Município.

Município de : Vila Maria
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2016

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	200.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da reserva de contingência	380.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	180.000,00		
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	380.000,00	SUBTOTAL	380.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	200.000,00	Limitação de empenhos conforme LDO	200.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00
TOTAL	580.000,00	TOTAL	580.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, 3º da LRF.

ANEXO IV
RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Total dos Recursos a Priorizar[illegible]



Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	2016	2017	2018
1.0.0.0.00.00.00.00		RECEITAS CORRENTES	S		23.907.150,00	25.102.507,51	26.297.865,00
1.1.0.0.00.00.00.00		RECEITA TRIBUTARIA	S		1.153.550,00	1.211.227,51	1.268.905,00
1.1.1.0.00.00.00.00		IMPOSTOS	S		936.550,00	983.377,51	1.030.205,00
1.1.1.2.00.00.00.00		IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	S		686.550,00	720.877,51	755.205,00
1.1.1.2.02.00.00.00		IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA -	S		210.000,00	220.500,00	231.000,00
1.1.1.2.02.00.01.00	1	IPU - Proprio	A	1	126.000,00	132.300,00	138.600,00
1.1.1.2.02.00.02.00	1	IPU - MDE	A	20	52.500,00	55.125,00	57.750,00
1.1.1.2.02.00.03.00	1	IPU - ASPS	A	40	31.500,00	33.075,00	34.650,00
1.1.1.2.04.00.00.00		IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	S		266.550,00	279.877,51	293.205,00
1.1.1.2.04.31.00.00		IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO	S		266.550,00	279.877,51	293.205,00
1.1.1.2.04.31.01.00		IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO TRABALHO - ATIVOS/INATIVOS DO POD	S		114.000,00	119.700,00	125.400,00
1.1.1.2.04.31.01.01	1	IRRF - Ativo/Inativo-Executivo/Indireta - Proprio	A	1	66.000,00	69.300,00	72.600,00
1.1.1.2.04.31.01.02	1	IRRF - Ativo/Inativo-Executivo/Indireta - MDE	A	20	30.000,00	31.500,00	33.000,00
1.1.1.2.04.31.01.03	1	IRRF - Ativo/Inativo-Executivo/Indireta - ASPS	A	40	18.000,00	18.900,00	19.800,00
1.1.1.2.04.31.02.00		IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO TRABALHO - ATIVOS/INATIVOS DO POD	S		24.000,00	25.200,00	26.400,00
1.1.1.2.04.31.02.01	1	IRRF - Ativo/Inativo-Legislativo - Proprio	A	1	14.400,00	15.120,00	15.840,00
1.1.1.2.04.31.02.02	1	IRRF - Ativo/Inativo-Legislativo - MDE	A	20	6.000,00	6.300,00	6.600,00
1.1.1.2.04.31.02.03	1	IRRF - Ativo/Inativo-Legislativo - ASPS	A	40	3.600,00	3.780,00	3.960,00
1.1.1.2.04.31.03.00		IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO TRABALHO - INATIVOS PAGOS PELO RP	S		10.000,00	10.500,00	11.000,00
1.1.1.2.04.31.03.01	1	IRRF - Inativos Pagos Pelo RPPS	A	50	10.000,00	10.500,00	11.000,00
1.1.1.2.04.31.06.00		IRRF SOBRE RENDIMENTOS - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS	S		117.500,00	123.375,00	129.250,00
1.1.1.2.04.31.06.01	1	IRRF - Prestacao de Servicos de Terceiros - Poder Executivo	A	1	30.000,00	31.500,00	33.000,00
1.1.1.2.04.31.06.02	1	IRRF - Prestacao de Servicos de Terceiros - PODER EXECUTIVO	A	20	12.500,00	13.125,00	13.750,00
1.1.1.2.04.31.06.03	1	IRRF - Prestacao de Servicos de Terceiros - PODER EXECUTIVO	A	40	75.000,00	78.750,00	82.500,00
1.1.1.2.04.31.07.00		IRRF SOBRE RENDIMENTOS - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS	S		1.050,00	1.102,51	1.155,00
1.1.1.2.04.31.07.01	1	IRRF - Prestacao de Servicos de Terceiros - LEGISLATIVO - P	A	1	630,00	661,50	693,00
1.1.1.2.04.31.07.02	1	IRRF - Prestacao de Servicos de Terceiros - LEGISLATIVO - M	A	20	262,50	275,63	288,75
1.1.1.2.04.31.07.03	1	IRRF - Prestacao de Servicos de Terceiros - LEGISLATIVO - A	A	40	157,50	165,38	173,25
1.1.1.2.08.00.00.00		IMPOSTO SOBRE TRANSMISSAO "INTER-VIVOS" DE BENS IMOVEIS E D	S		210.000,00	220.500,00	231.000,00
1.1.1.2.08.00.01.00	1	ITBI - Proprio	A	1	126.000,00	132.300,00	138.600,00
1.1.1.2.08.00.02.00	1	ITBI - MDE	A	20	52.500,00	55.125,00	57.750,00
1.1.1.2.08.00.03.00	1	ITBI - ASPS	A	40	31.500,00	33.075,00	34.650,00



Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	2016	2017	2018
1.1.1.3.00.00.00.00.00		IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	S		250.000,00	262.500,00	275.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00.00		IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	S		250.000,00	262.500,00	275.000,00
1.1.1.3.05.01.00.00.00		IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	S		250.000,00	262.500,00	275.000,00
1.1.1.3.05.01.01.00.00	1	ISS - Proprio	A	1	150.000,00	157.500,00	165.000,00
1.1.1.3.05.01.02.00.00	1	ISS - MDE	A	20	62.500,00	65.625,00	68.750,00
1.1.1.3.05.01.03.00.00	1	ISS - ASPS	A	40	37.500,00	39.375,00	41.250,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00		TAXAS	S		167.000,00	175.350,00	183.700,00
1.1.2.1.00.00.00.00.00		TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	S		97.000,00	101.850,00	106.700,00
1.1.2.1.17.00.00.00.00	1	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	A	1	12.000,00	12.600,00	13.200,00
1.1.2.1.21.00.00.00.00	1	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	A	1	20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.1.2.1.25.00.00.00.00	1	Taxa de Licenca Funcionamento de Estabelecimentos Comercial	A	1	40.000,00	42.000,00	44.000,00
1.1.2.1.29.00.00.00.00	1	Taxa de Licenca para Execução de Obras	A	1	10.000,00	10.500,00	11.000,00
1.1.2.1.32.00.00.00.00	1	Taxa Aprovação Projetos Construção Civil	A	1	5.000,00	5.250,00	5.500,00
1.1.2.1.36.00.00.00.00	1	Taxa de Apreensao, Deposito ou Liberacao de Animais	A	1	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.99.00.00.00.00		OUTRAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	S		10.000,00	10.500,00	11.000,00
1.1.2.1.99.00.01.00.00	1	Taxa de Vistoria	A	1	10.000,00	10.500,00	11.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00		TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	S		70.000,00	73.500,00	77.000,00
1.1.2.2.12.00.00.00.00	1	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	A	1	5.000,00	5.250,00	5.500,00
1.1.2.2.21.00.00.00.00	1	Taxas de Servicos Cadastrais	A	1	5.000,00	5.250,00	5.500,00
1.1.2.2.90.00.00.00.00	1	Taxa de Limpeza Publica	A	1	40.000,00	42.000,00	44.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00		OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	S		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.1.2.2.99.00.01.00.00	1	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agrupecuarios	A	1	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.99.00.02.00.00	1	Taxa de Servicos Prestados - Arquivo Historico Municipal	A	1	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.99.00.03.00.00	1	Taxa de Registro no Cadastro Tecnico Ambiental Municipal	A	1	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.99.00.04.00.00	1	Taxa de Emissao de Certidoes	A	1	20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.1.3.0.00.00.00.00.00		CONTRIBUICAO DE MELHORIA	S		50.000,00	52.500,00	55.000,00
1.1.3.0.04.00.00.00.00	1	Contribuicao de Melhoria para Pavimentacao e Obras Complem	A	1	50.000,00	52.500,00	55.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00		RECEITA DE CONTRIBUICOES	S		450.000,00	472.500,00	495.000,00
1.2.1.0.00.00.00.00.00		CONTRIBUICOES SOCIAIS	S		350.000,00	367.500,00	385.000,00
1.2.1.0.29.00.00.00.00		CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO	S		350.000,00	367.500,00	385.000,00
1.2.1.0.29.01.00.00.00	1	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	A	50	350.000,00	367.500,00	385.000,00
1.2.3.0.00.00.00.00.00	1	Contribuição para o Custeio do Serviço Iluminação Pública	A	1	100.000,00	105.000,00	110.000,00



Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	2016	2017	2018
1.3.0.0.00.00.00.00.00		RECEITA PATRIMONIAL	S		1.430.000,00	1.501.500,00	1.573.000,00
1.3.1.0.00.00.00.00.00		RECEITAS IMOBILIARIAS	S		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.3.1.1.00.00.00.00.00		ALUGUEIS	S		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.3.1.1.00.00.03.00.00	1	Aluguel de Copa em Ginásio Poliesportivo	A	1	20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00		RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	S		1.410.000,00	1.480.500,00	1.551.000,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00		REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	S		110.000,00	115.500,00	121.000,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00		REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS	S		110.000,00	115.500,00	121.000,00
1.3.2.5.02.01.00.00.00	1	Receita de Remuneracao de Depositos de Poupanca	A	1	0,00	0,00	0,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00		Remuneracao de Outros Depositos de Recursos Nao Vinculados	S		110.000,00	115.500,00	121.000,00
1.3.2.5.02.99.01.00.00	1	Receita Remuneração Depósitos Bancários Div. Rec. LIVRES	A	1	110.000,00	115.500,00	121.000,00
1.3.2.8.00.00.00.00.00		REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	S		1.300.000,00	1.365.000,00	1.430.000,00
1.3.2.8.10.00.00.00.00	1	Remuneração Dos Investimentos em Renda Fixa RPPS	A	50	1.300.000,00	1.365.000,00	1.430.000,00
1.5.0.0.00.00.00.00.00		RECEITA INDUSTRIAL	S		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.5.2.0.00.00.00.00.00		RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	S		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.5.2.0.28.00.00.00.00	1	Receita da Usina de Tratamento de Lixo	A	1	20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.5.2.0.99.00.00.00.00		Outras Receitas da Industria de Transformacao	S		0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.99.00.01.00.00	1	Receita de Britador	A	1	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00		RECEITA DE SERVICOS	S		595.800,00	625.590,00	655.380,00
1.6.0.0.01.00.00.00.00		SERVICOS COMERCIAIS	S		0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.01.99.00.00.00		Outros Sservicos Comerciais	S		0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.01.99.01.00.00	1	Serviço Comerc. Lixo Reciclável	A	1	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.03.00.00.00.00		SERVICOS DE TRANSPORTE	S		0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.03.01.00.00.00	1	Servicos de Transporte Rodoviario	A	1	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.04.00.00.00.00		SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	S		200.000,00	210.000,00	220.000,00
1.6.0.0.04.03.00.00.00	1	Outros Serviços de Comunicação	A	1	200.000,00	210.000,00	220.000,00
1.6.0.0.05.00.00.00.00		SERVICOS DE SAUDE	S		0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.05.01.00.00.00	1	Servicos Hospitalares	A	1	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00		SERVICOS ADMINISTRATIVOS	S		24.800,00	26.040,00	27.280,00
1.6.0.0.13.01.00.00.00	1	Servicos de Inscricao em Concursos Publicos	A	1	21.000,00	22.050,00	23.100,00
1.6.0.0.13.02.00.00.00	1	Servicos de Venda de Editais	A	1	3.800,00	3.990,00	4.180,00
1.6.0.0.13.05.00.00.00	1	Servicos de Vistorias de Veiculos	A	1	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.19.00.00.00.00	1	Servicos Recreativos e Culturais	A	1	21.000,00	22.050,00	23.100,00



Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	2016	2017	2018
1.6.0.0.41.00.00.00.00	1	Servicos de Captacao, Aducao, Tratamento, Reservacao e Dist	A	1	300.000,00	315.000,00	330.000,00
1.6.0.0.45.00.00.00.00	1	Servicos de Preparacao da Terra em Propriedades Particulares	A	1	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00		OUTROS SERVICOS	S		50.000,00	52.500,00	55.000,00
1.6.0.0.99.00.01.00.00	1	Servicos de Maquina	A	1	30.000,00	31.500,00	33.000,00
1.6.0.0.99.00.05.00.00	1	Serviço de Máquina - Agricultura	A	1	20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERENCIAS CORRENTES	S		20.099.500,00	21.104.475,00	22.109.450,00
1.7.2.0.00.00.00.00.00		TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	S		20.022.500,00	21.023.625,00	22.024.750,00
1.7.2.1.00.00.00.00.00		TRANSFERENCIAS DA UNIAO	S		9.640.800,00	10.122.840,00	10.604.880,00
1.7.2.1.01.00.00.00.00		PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	S		8.410.500,00	8.831.025,00	9.251.550,00
1.7.2.1.01.02.00.00.00		COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - FPM	S		8.400.000,00	8.820.000,00	9.240.000,00
1.7.2.1.01.02.01.00.00	1	Cota-Parte do FPM - Proprio	A	1	4.800.000,00	5.040.000,00	5.280.000,00
1.7.2.1.01.02.02.00.00	1	Cota-Parte do FPM - MDE	A	20	400.000,00	420.000,00	440.000,00
1.7.2.1.01.02.04.00.00	1	Cota-Parte do FPM - ASPS	A	40	1.200.000,00	1.260.000,00	1.320.000,00
1.7.2.1.01.02.06.00.00	1	Cota-Parte do FPM - FUNDEB	A	31	1.600.000,00	1.680.000,00	1.760.000,00
1.7.2.1.01.02.07.00.00		COTA-EXTRA DO FPM	S		400.000,00	420.000,00	440.000,00
1.7.2.1.01.02.07.01.00	1	Caota-Extra do FPM - Livre	A	1	300.000,00	315.000,00	330.000,00
1.7.2.1.01.02.07.02.00	1	Cota-Extra do FPM - MDE	A	20	100.000,00	105.000,00	110.000,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00		COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	S		10.500,00	11.025,00	11.550,00
1.7.2.1.01.05.01.00.00	1	Cota-Parte do ITR - Proprio	A	1	6.300,00	6.615,00	6.930,00
1.7.2.1.01.05.02.00.00	1	Cota-Parte do ITR - MDE	A	20	525,00	551,25	577,50
1.7.2.1.01.05.03.00.00	1	Cota-Parte do ITR - ASPS	A	40	1.575,00	1.653,75	1.732,50
1.7.2.1.01.05.04.00.00	1	Cota-Parte do ITR - FUNDEB	A	31	2.100,00	2.205,00	2.310,00
1.7.2.1.22.00.00.00.00		TRANSFERENCIA DA COMPENSACAO FINANCEIRA PELA EXPLORACAO DE	S		140.000,00	147.000,00	154.000,00
1.7.2.1.22.20.00.00.00	1	Cota-Parte da Comp. Financeira de Recursos Minerais -CEFEM	A	1	20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.2.1.22.70.00.00.00	1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petroleo - FEP	A	1	120.000,00	126.000,00	132.000,00
1.7.2.1.33.00.00.00.00		TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS -	S		555.000,00	582.750,00	610.500,00
1.7.2.1.33.00.01.00.00	1	Piso de Atencao Basica - PAB Fixo	A	4510	120.000,00	126.000,00	132.000,00
1.7.2.1.33.00.02.00.00		Piso de Atencao Basica - PAB Variavel	S		330.000,00	346.500,00	363.000,00
1.7.2.1.33.00.02.01.00	1	Acoes Basicas de Vigilancia em Saúde	A	4710	30.000,00	31.500,00	33.000,00
1.7.2.1.33.00.02.03.00	1	Programa de Assistencia Farmaceutica Basica	A	4770	40.000,00	42.000,00	44.000,00
1.7.2.1.33.00.02.05.00	1	Saude da Familia - SF	A	4520	120.000,00	126.000,00	132.000,00
1.7.2.1.33.00.02.06.00	1	Agentes Comunitarios da Saude - ACS	A	4530	140.000,00	147.000,00	154.000,00



Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	2016	2017	2018
1.7.2.1.33.00.02.07.00	1	Programa Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle D	A	4510	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.00.03.00.00	1	Transferência de Alta e Média Complexidade - SAI/SIH	A	4590	40.000,00	42.000,00	44.000,00
1.7.2.1.33.00.05.00.00	1	Transf. Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	A	4521	30.000,00	31.500,00	33.000,00
1.7.2.1.33.00.99.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	S		35.000,00	36.750,00	38.500,00
1.7.2.1.33.00.99.03.00	1	Transferência - Saúde Mental - Federal	A	4770	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.33.00.99.05.00	1	Transferência - Saúde Bucal - Federal	A	4540	35.000,00	36.750,00	38.500,00
1.7.2.1.34.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	S		156.000,00	163.800,00	171.600,00
1.7.2.1.34.00.06.00.00	1	Programas Temporários com Recursos Recebidos do FNAS	A	1031	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.34.00.15.00.00	1	IGD-Índice de Gestão Descentralizada Prog. Bolsa Família	A	1031	12.000,00	12.600,00	13.200,00
1.7.2.1.34.00.17.00.00	1	IGD-Índice de Gestão Descentralizada - Programa SUAS	A	1044	12.000,00	12.600,00	13.200,00
1.7.2.1.34.00.18.00.00	1	Proteção e Assistência Integral à Família - PAIF	A	1043	72.000,00	75.600,00	79.200,00
1.7.2.1.34.00.19.00.00	1	Reord. Serv. Conv e Fortal. Vínculos	A	1054	60.000,00	63.000,00	66.000,00
1.7.2.1.35.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO	S		249.300,00	261.765,00	274.230,00
1.7.2.1.35.01.00.00.00	1	Transferência do Salário-Educação	A	1002	126.000,00	132.300,00	138.600,00
1.7.2.1.35.02.00.00.00	1	Transf. Diretas do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro	A	1006	5.000,00	5.250,00	5.500,00
1.7.2.1.35.03.00.00.00	1	Transf. Diretas FNDE Referentes ao PNAE	A	1008	62.500,00	65.625,00	68.750,00
1.7.2.1.35.04.00.00.00	1	Transf. Diretas FNDE - PNATE	A	1003	55.800,00	58.590,00	61.380,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87	S		80.000,00	84.000,00	88.000,00
1.7.2.1.36.00.01.00.00	1	Transferência Financeira - L.C.N° 87/96 - PRÓPRIO	A	1	48.000,00	50.400,00	52.800,00
1.7.2.1.36.00.02.00.00	1	Transferência Financeira - L.C.N° 87/96 - MDE	A	20	4.000,00	4.200,00	4.400,00
1.7.2.1.36.00.04.00.00	1	Transferência Financeira - L.C.N° 87/96 - ASPS	A	40	12.000,00	12.600,00	13.200,00
1.7.2.1.36.00.05.00.00	1	Transferência Financeira - L.C.N° 87/96 - FUNDEB	A	31	16.000,00	16.800,00	17.600,00
1.7.2.1.99.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	S		50.000,00	52.500,00	55.000,00
1.7.2.1.99.00.20.00.00	1	Auxílio Financeiro - Esforço Exportador (MP N° 193/04)	A	1	50.000,00	52.500,00	55.000,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	S		8.981.700,00	9.430.785,00	9.879.870,00
1.7.2.2.01.00.00.00.00		PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	S		8.867.000,00	9.310.350,00	9.753.700,00
1.7.2.2.01.01.00.00.00		COTA-PARTE DO ICMS	S		8.000.000,00	8.400.000,00	8.800.000,00
1.7.2.2.01.01.01.00.00	1	Cota-Parte do ICMS - Próprio	A	1	4.800.000,00	5.040.000,00	5.280.000,00
1.7.2.2.01.01.02.00.00	1	Cota-Parte do ICMS - MDE	A	20	400.000,00	420.000,00	440.000,00
1.7.2.2.01.01.04.00.00	1	Cota-Parte do ICMS - ASPS	A	40	1.200.000,00	1.260.000,00	1.320.000,00
1.7.2.2.01.01.05.00.00	1	Cota-Parte do ICMS - FUNDEB	A	31	1.600.000,00	1.680.000,00	1.760.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00.00		COTA-PARTE DO IPVA	S		700.000,00	735.000,00	770.000,00



Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	2016	2017	2018
1.7.2.2.01.02.01.00.00	1	Cota-Parte do IPVA - Proprio	A	1	420.000,00	441.000,00	462.000,00
1.7.2.2.01.02.02.00.00	1	Cota-Parte do IPVA - MDE	A	20	35.000,00	36.750,00	38.500,00
1.7.2.2.01.02.03.00.00	1	Cota-Parte do IPVA - ASPS	A	40	105.000,00	110.250,00	115.500,00
1.7.2.2.01.02.04.00.00	1	Cota-Parte do IPVA - FUNDEB	A	31	140.000,00	147.000,00	154.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00.00		COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	S		147.000,00	154.350,00	161.700,00
1.7.2.2.01.04.01.00.00	1	Cota-Parte do IPI/Exportacao - Proprio	A	1	88.200,00	92.610,00	97.020,00
1.7.2.2.01.04.02.00.00	1	Cota-Parte do IPI/Exportacao - MDE	A	20	7.350,00	7.717,50	8.085,00
1.7.2.2.01.04.04.00.00	1	Cota-Parte do IPI/Exportacao - ASPS	A	40	22.050,00	23.152,50	24.255,00
1.7.2.2.01.04.05.00.00	1	Cota-Parte do IPI/Exportacao - FUNDEB	A	31	29.400,00	30.870,00	32.340,00
1.7.2.2.01.13.00.00.00	1	Cota-Parte da Contribuicao de Intervencao no Dominio Econom	A	1029	20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.2.2.33.00.00.00.00		TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAUDE	S		100.700,00	105.735,00	110.770,00
1.7.2.2.33.00.03.00.00	1	Programa Farmacia Basica	A	4050	20.200,00	21.210,00	22.220,00
1.7.2.2.33.00.04.00.00	1	Programa de Vigilancia Epidemiologica	A	4190	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.33.00.10.00.00	1	Programa Saude Bucal	A	4110	10.000,00	10.500,00	11.000,00
1.7.2.2.33.00.12.00.00	1	Programa PACS - Agente de Saude	A	4080	12.000,00	12.600,00	13.200,00
1.7.2.2.33.00.13.00.00	1	Programa PSF - Estadual	A	4090	48.000,00	50.400,00	52.800,00
1.7.2.2.33.00.14.00.00	1	Programa PIES- Estadual	A		0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.33.00.15.00.00	1	Programa Rede Cegonha	A	4011	500,00	525,00	550,00
1.7.2.2.33.00.99.00.00		Outras Transferencias de Recursos do Estado para Programas	S		10.000,00	10.500,00	11.000,00
1.7.2.2.33.00.99.04.00	1	Repasse do Incentivo à Atenção Básica	A	4011	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.33.00.99.05.00	1	Repasse do Programa Diabetes Melitus	A	4051	10.000,00	10.500,00	11.000,00
1.7.2.2.33.00.99.06.00	1	Repasse do Programa Apoio aos Hospitais Incentivo Básico	A	4230	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.33.00.99.09.00	1	Programa Oficinas Terapêuticas Atenção Básica	A	4011	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.99.00.00.00.00		OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	S		14.000,00	14.700,00	15.400,00
1.7.2.2.99.00.02.00.00	1	multas de transito livre	A	1	2.000,00	2.100,00	2.200,00
1.7.2.2.99.00.03.00.00	1	Cota-Parte da Multa de Transito	A	1	12.000,00	12.600,00	13.200,00
1.7.2.4.00.00.00.00.00		TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	S		1.400.000,00	1.470.000,00	1.540.000,00
1.7.2.4.01.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	S		1.400.000,00	1.470.000,00	1.540.000,00
1.7.2.4.01.00.02.00.00	1	Transf. Recursos FUNDEB	A	31	1.400.000,00	1.470.000,00	1.540.000,00
1.7.6.0.00.00.00.00.00		TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	S		77.000,00	80.850,00	84.700,00
1.7.6.2.00.00.00.00.00		TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDER	S		77.000,00	80.850,00	84.700,00
1.7.6.2.02.00.00.00.00		TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRA	S		77.000,00	80.850,00	84.700,00



Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	2016	2017	2018
1.7.6.2.02.00.01.00.00	1	Transferencias de Convenios para o Transporte Escolar	A	1003	77.000,00	80.850,00	84.700,00
1.7.6.2.02.00.02.00.00	1	Transferencias de Convenios para a Merenda Escolar	A		0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	S		158.300,00	166.215,00	174.130,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA	S		54.300,00	57.015,00	59.730,00
1.9.1.1.00.00.00.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	S		8.300,00	8.715,00	9.130,00
1.9.1.1.35.00.00.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalizacao e Vigilancia	A	1	1.050,00	1.102,50	1.155,00
1.9.1.1.38.00.00.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDI	S		2.100,00	2.205,00	2.310,00
1.9.1.1.38.00.01.00.00	1	Multas e Juros de Mora do IPTU - Proprio	A	1	1.260,00	1.323,00	1.386,00
1.9.1.1.38.00.02.00.00	1	Multas e Juros de Mora do IPTU - MDE	A	20	525,00	551,25	577,50
1.9.1.1.38.00.03.00.00	1	Multas e Juros de Mora do IPTU - ASPS	A	40	315,00	330,75	346,50
1.9.1.1.40.00.00.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUE	S		2.100,00	2.205,00	2.310,00
1.9.1.1.40.00.01.00.00	1	Multas e Juros de Mora do ISS - Proprio	A	1	1.260,00	1.323,00	1.386,00
1.9.1.1.40.00.02.00.00	1	Multas e Juros de Mora do ISS - MDE	A	20	525,00	551,25	577,50
1.9.1.1.40.00.03.00.00	1	Multas e Juros de Mora do ISS - ASPS	A	40	315,00	330,75	346,50
1.9.1.1.98.00.00.00.00	1	Multas e Juros de Mora das Contribuicoes de Melhoria	A	1	1.050,00	1.102,50	1.155,00
1.9.1.1.99.00.00.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	S		2.000,00	2.100,00	2.200,00
1.9.1.1.99.01.00.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	S		2.000,00	2.100,00	2.200,00
1.9.1.1.99.01.01.00.00	1	Multas e Juros de Mora das Taxas	A	1	2.000,00	2.100,00	2.200,00
1.9.1.3.00.00.00.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	S		12.600,00	13.230,00	13.860,00
1.9.1.3.11.00.00.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A P	S		2.100,00	2.205,00	2.310,00
1.9.1.3.11.00.01.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa do IPTU - Proprio	A	1	1.260,00	1.323,00	1.386,00
1.9.1.3.11.00.02.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa do IPTU - MDE	A	20	525,00	551,25	577,50
1.9.1.3.11.00.03.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa do IPTU - ASPS	A	40	315,00	330,75	346,50
1.9.1.3.13.00.00.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SER	S		2.100,00	2.205,00	2.310,00
1.9.1.3.13.00.01.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa do ISS - Proprio	A	1	1.260,00	1.323,00	1.386,00
1.9.1.3.13.00.02.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa do ISS - MDE	A	20	525,00	551,25	577,50
1.9.1.3.13.00.03.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa do ISS - ASPS	A	40	315,00	330,75	346,50
1.9.1.3.35.00.00.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa da Taxa de Fiscalizac	A	1	1.050,00	1.102,50	1.155,00
1.9.1.3.98.00.00.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa das Contribuicoes de	A	1	2.100,00	2.205,00	2.310,00
1.9.1.3.99.00.00.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	S		5.250,00	5.512,50	5.775,00
1.9.1.3.99.00.01.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa das Taxas	A	1	2.100,00	2.205,00	2.310,00
1.9.1.3.99.00.02.00.00	1	Multas e Juros de Mora de Dívida Ativa de Contrib. Melhoria	A	1	1.050,00	1.102,50	1.155,00



Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	2016	2017	2018
1.9.1.3.99.00.03.00.00	1	Multa e Juros de Mora da Div. Ativa Tributária Consolidada	A	1	1.050,00	1.102,50	1.155,00
1.9.1.3.99.00.04.00.00	1	Multa e Juros de Mora da Div. Ativa Trib. Cob. Judicial	A	1	1.050,00	1.102,50	1.155,00
1.9.1.5.00.00.00.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	S		16.750,00	17.587,50	18.425,00
1.9.1.5.99.00.00.00.00		OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS REC	S		16.750,00	17.587,50	18.425,00
1.9.1.5.99.01.00.00.00		OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	S		16.750,00	17.587,50	18.425,00
1.9.1.5.99.01.01.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa do Programa Troca-TR	A	1	2.100,00	2.205,00	2.310,00
1.9.1.5.99.01.02.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa da Prestacao de Serv	A	1	10.500,00	11.025,00	11.550,00
1.9.1.5.99.01.03.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa dos Autos de Infracao	A	1	1.050,00	1.102,50	1.155,00
1.9.1.5.99.01.04.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Div. Ativa N. Trib. Cob. Água	A	1	500,00	525,00	550,00
1.9.1.5.99.01.07.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Div. Ativa N.Trib. de Cred. Educativo Munic	A	1	500,00	525,00	550,00
1.9.1.5.99.01.99.00.00	1	Multas e Juros de Mora da Div. Ativa N.Trib. Diversos	A	1	2.100,00	2.205,00	2.310,00
1.9.1.8.00.00.00.00.00	1	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	A	1	5.000,00	5.250,00	5.500,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00		MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	S		11.650,00	12.232,50	12.815,00
1.9.1.9.10.00.00.00.00	1	Multas Previstas na Legislacao Sanitaria	A	1	1.050,00	1.102,50	1.155,00
1.9.1.9.27.00.00.00.00	1	Multas e Juros Previstos em Contratos	A	1	3.150,00	3.307,50	3.465,00
1.9.1.9.35.00.00.00.00	1	Multas por Danos ao Meio Ambiente	A	1	3.150,00	3.307,50	3.465,00
1.9.1.9.50.00.00.00.00	1	Multas por Auto de Infracao	A	1	2.100,00	2.205,00	2.310,00
1.9.1.9.99.00.00.00.00		Outras Multas	S		2.200,00	2.310,00	2.420,00
1.9.1.9.99.00.02.00.00	1	Multas e Juros Serviços de Distribuição de Água	A	1	2.000,00	2.100,00	2.200,00
1.9.1.9.99.00.03.00.00	1	Multas e Juros Serviços de Comunicações	A	1	200,00	210,00	220,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00		INDENIZACOES E RESTITUICOES	S		45.200,00	47.460,00	49.720,00
1.9.2.1.00.00.00.00.00		INDENIZACOES	S		38.100,00	40.005,00	41.910,00
1.9.2.1.99.00.00.00.00	1	Outras Indenizacoes	A	1	38.100,00	40.005,00	41.910,00
1.9.2.2.00.00.00.00.00		RESTITUICOES	S		7.100,00	7.455,00	7.810,00
1.9.2.2.99.00.00.00.00		OUTRAS RESTITUICOES	S		7.100,00	7.455,00	7.810,00
1.9.2.2.99.00.01.00.00	1	Restituicoes Determinadas pelo TCE	A	1	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.00.02.00.00	1	Programa Troca-Troca	A	1	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.00.03.00.00	1	Restituicao Pelo uso de Bens do Municipio	A	1	5.000,00	5.250,00	5.500,00
1.9.2.2.99.00.04.00.00	1	Restituicao Pelo Pagamento Indevido	A	1	2.100,00	2.205,00	2.310,00
1.9.2.2.99.00.12.00.00	1	Restituição Convênio ECT	A	1	0,00	0,00	0,00
1.9.3.0.00.00.00.00.00		RECEITA DA DIVIDA ATIVA	S		58.800,00	61.740,00	64.680,00
1.9.3.1.00.00.00.00.00		RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	S		26.250,00	27.562,50	28.875,00



Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	2016	2017	2018
1.9.3.1.11.00.00.00.00		RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PRED	S		10.500,00	11.025,00	11.550,00
1.9.3.1.11.00.01.00.00	1	Receita da Divida Ativa do IPTU - Proprio	A	1	6.300,00	6.615,00	6.930,00
1.9.3.1.11.00.02.00.00	1	Receita da Divida Ativa do IPTU - MDE	A	20	2.625,00	2.756,25	2.887,50
1.9.3.1.11.00.03.00.00	1	Receita da Divida Ativa do IPTU - ASPS	A	40	1.575,00	1.653,75	1.732,50
1.9.3.1.13.00.00.00.00		RECEITA DA DIVIDA ATIVA SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	S		2.100,00	2.205,00	2.310,00
1.9.3.1.13.00.01.00.00	1	Receita da Divida Ativa do ISS - Proprio	A	1	1.260,00	1.323,00	1.386,00
1.9.3.1.13.00.02.00.00	1	Receita de Divida Ativa do ISS - MDE	A	20	525,00	551,25	577,50
1.9.3.1.13.00.03.00.00	1	Receita da Divida Ativa do ISS - ASPS	A	40	315,00	330,75	346,50
1.9.3.1.35.00.00.00.00	1	Receita da Divida Ativa da Taxa de Fiscalizacao e Vigilancia	A	1	3.150,00	3.307,50	3.465,00
1.9.3.1.98.00.00.00.00	1	Receita da Divida Ativa da Contribuicao de Melhoria	A	1	5.250,00	5.512,50	5.775,00
1.9.3.1.99.00.00.00.00		RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	S		5.250,00	5.512,50	5.775,00
1.9.3.1.99.01.00.00.00		RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	S		5.250,00	5.512,50	5.775,00
1.9.3.1.99.01.01.00.00	1	Receita da Divida Ativa das Taxas	A	1	5.250,00	5.512,50	5.775,00
1.9.3.2.00.00.00.00.00		RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	S		32.550,00	34.177,50	35.805,00
1.9.3.2.11.00.00.00.00	1	Receita da Divida Ativa de Alugueis	A	1	2.000,00	2.100,00	2.200,00
1.9.3.2.99.00.00.00.00		RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS	S		30.550,00	32.077,50	33.605,00
1.9.3.2.99.01.00.00.00		RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	S		30.550,00	32.077,50	33.605,00
1.9.3.2.99.01.01.00.00	1	Receira da Divida Ativa do Programa Troca-Troca	A	1	0,00	0,00	0,00
1.9.3.2.99.01.02.00.00	1	Receita da Divida Ativa Nao Tributaria Proveniente da Insc	A	1	3.150,00	3.307,50	3.465,00
1.9.3.2.99.01.03.00.00	1	Receita da Divida Ativa Nao Trib. Prov. do Serv. de Agua	A	1	4.200,00	4.410,00	4.620,00
1.9.3.2.99.01.04.00.00	1	Receita da Divida Ativa Nao Trib. Prov. da Conces. Emp. Agri	A	1	4.200,00	4.410,00	4.620,00
1.9.3.2.99.01.05.00.00	1	Receita da Divida Ativa Nao Trib. Prov. dos Serv. de Comunic	A	1	5.250,00	5.512,50	5.775,00
1.9.3.2.99.01.06.00.00	1	Receita da Divida Ativa Nao Trib. Prov. da Pres. Serv. Diver	A	1	5.250,00	5.512,50	5.775,00
1.9.3.2.99.01.09.00.00	1	Receita Div. Ativa Não Trib. Consolidada	A	1	500,00	525,00	550,00
1.9.3.2.99.01.13.00.00	1	Receita Div. Ativa Não Trib. de Cred. Educativo Municipal	A	1	8.000,00	8.400,00	8.800,00
1.9.9.0.00.00.00.00.00		RECEITAS DIVERSAS	S		0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.98.00.00.00.00	1	Outras Receitas Eventuais	A		0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.99.00.00.00.00		OUTRAS RECEITAS	S		0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.99.00.02.00.00		CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	S		0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.99.00.02.01.00	1	Cancelamento de Restos a Pagar nao Processados - Executivo/	A	1	0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.99.00.03.00.00		CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	S		0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.99.00.03.01.00	1	Cancelamento de Restos a Pagar Processados - Executivo/Indi	A	1	0,00	0,00	0,00



Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	2016	2017	2018
2.0.0.0.00.00.00.00.00		RECEITAS DE CAPITAL	S		265.000,00	278.250,00	291.500,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00		ALIENACAO DE BENS	S		125.000,00	131.250,00	137.500,00
2.2.1.0.00.00.00.00.00		ALIENACAO DE BENS MOVEIS	S		110.000,00	115.500,00	121.000,00
2.2.1.7.00.00.00.00.00	1	Alienacao de Bens Moveis Adquiridos com Recursos nao Vincula	A	1	100.000,00	105.000,00	110.000,00
2.2.1.9.00.00.00.00.00	1	Alienacao de Outros Bens Moveis	A	1	10.000,00	10.500,00	11.000,00
2.2.2.0.00.00.00.00.00		ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	S		15.000,00	15.750,00	16.500,00
2.2.2.4.00.00.00.00.00	1	Alienacao de Imoveis Rurais	A	1	5.000,00	5.250,00	5.500,00
2.2.2.5.00.00.00.00.00	1	Alienacao de Imoveis Urbanos	A	1	10.000,00	10.500,00	11.000,00
2.3.0.0.00.00.00.00.00		AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	S		140.000,00	147.000,00	154.000,00
2.3.0.0.99.00.00.00.00		AMORTIZACOES DE FINANCIAMENTOS DIVERSOS	S		140.000,00	147.000,00	154.000,00
2.3.0.0.99.00.02.00.00	1	Amortizacao de Financiamentos Concedidos para Credito Educa	A	1	140.000,00	147.000,00	154.000,00
2.5.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	S		0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00.00.00.00		OUTRAS RECEITAS	S		0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00.01.00.00	1	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas Pelo RPPS	A		0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00.02.00.00	1	Remuneracao de Depositos Bancarios	A		0,00	0,00	0,00
3.0.0.0.00.00.00.00.00		Receita Extraorçamentária	S		0,00	0,00	0,00
3.0.3.0.00.00.00.00.00		REALIZÁVEL	S		0,00	0,00	0,00
3.0.3.1.00.00.00.00.00	1	Salário Natalidade 8003	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.3.2.00.00.00.00.00	1	Salário Família 8002	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.3.3.00.00.00.00.00	1	Multas	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.3.4.00.00.00.00.00	1	Compensação Multas de Trans. Pagas 8011	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.4.0.00.00.00.00.00		DEPÓSITOS	S		0,00	0,00	0,00
3.0.4.1.00.00.00.00.00	1	Contribuições - INSS Trabalho Assalariado 8001	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.4.2.00.00.00.00.00	1	Contribuição IPERGS	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.4.3.00.00.00.00.00	1	INSS - Retido S/Serviços Empresas 8001	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.4.4.00.00.00.00.00	1	Conv. Retido Empréstimos Bco Brasil 8004	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.4.5.00.00.00.00.00	1	Pensão Judicial 8010	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.4.8.00.00.00.00.00	1	Retenção de Contribuição Sindical dos Servidores 8011	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.4.9.00.00.00.00.00	1	Contribuições Espontaneas	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.5.0.00.00.00.00.00		OUTROS CONVENIOS	S		0,00	0,00	0,00
3.0.5.1.00.00.00.00.00	1	Vale Alimentação 8009	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.5.2.00.00.00.00.00	1	Convênio Claro Digital	A	1	0,00	0,00	0,00



Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	2016	2017	2018
3.0.5.3.00.00.00.00.00	1	Associação Convênio Médico 8008	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.5.4.00.00.00.00.00	1	Retenção Sindicato Servidores	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.5.5.00.00.00.00.00	1	Caução	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.5.6.00.00.00.00.00	1	Descontos Associações de servidores 8011	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.5.7.00.00.00.00.00	1	Convênio Servidores c/ Banrisul 8006	A	1	0,00	0,00	0,00
3.0.5.8.00.00.00.00.00	1	Mudas Frutíferas (Extra-Orçamentária)	A	1	0,00	0,00	0,00
7.0.0.0.00.00.00.00.00		RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	S		700.000,00	735.000,00	770.000,00
7.2.0.0.00.00.00.00.00		RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	S		700.000,00	735.000,00	770.000,00
7.2.1.0.00.00.00.00.00		CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTARIAS	S		700.000,00	735.000,00	770.000,00
7.2.1.0.29.00.00.00.00		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO - INTRA-ORÇAMENTARIAS	S		700.000,00	735.000,00	770.000,00
7.2.1.0.29.01.00.00.00	1	Contribuição Patronal De Servidor Ativo Civil - Intra-Orçamentária	A	50	700.000,00	735.000,00	770.000,00
9.0.0.0.00.00.00.00.00		(R) DEDUÇÕES DA RECEITA	S		(3.403.980,00)	(3.911.754,00)	(4.098.028,00)
9.1.0.0.00.00.00.00.00		(R) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	S		(3.403.980,00)	(3.911.754,00)	(4.098.028,00)
9.1.1.0.00.00.00.00.00		(R) RECEITA TRIBUTÁRIA	S		(22.880,00)	(24.024,00)	(25.168,00)
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00		(R) IMPOSTOS	S		(16.500,00)	(17.325,00)	(18.150,00)
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00		(R) IMPOSTO S/ O PATRIMÔNIO E A RENDA	S		(11.000,00)	(11.550,00)	(12.100,00)
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00		(R) IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL	S		(5.500,00)	(5.775,00)	(6.050,00)
9.1.1.1.2.02.00.01.00.00	1	(R) Imposto s/Propriedade Predial e territorial Urbano - IPTU	A	1	(5.500,00)	(5.775,00)	(6.050,00)
9.1.1.1.2.08.00.00.00.00		(R) IMP.S/TRANSM.INTERVIVOS DE BENS E DE DIREITOS REAIS S/IMOVIES-ITBI	S		(5.500,00)	(5.775,00)	(6.050,00)
9.1.1.1.2.08.00.01.00.00	1	(R) ITBI - Proprio	A	1	(5.500,00)	(5.775,00)	(6.050,00)
9.1.1.1.3.00.00.00.00.00		IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	S		(5.500,00)	(5.775,00)	(6.050,00)
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00		IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	S		(5.500,00)	(5.775,00)	(6.050,00)
9.1.1.1.3.05.01.00.00.00		IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	S		(5.500,00)	(5.775,00)	(6.050,00)
9.1.1.1.3.05.01.01.00.00	1	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	A	1	(5.500,00)	(5.775,00)	(6.050,00)
9.1.1.2.0.00.00.00.00.00		(R) TAXAS	S		(880,00)	(924,00)	(968,00)
9.1.1.2.1.00.00.00.00.00		(R) TAXA PODE POLICIA	S		(880,00)	(924,00)	(968,00)
9.1.1.2.1.17.00.00.00.00	1	(R) Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	A	1	(220,00)	(231,00)	(242,00)
9.1.1.2.1.21.00.00.00.00	1	(R) TAXA CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	A	1	(220,00)	(231,00)	(242,00)
9.1.1.2.1.25.00.00.00.00	1	(R) Taxa de Licença para Funcionamento de Establ. Com.INd. Serv	A	1	(440,00)	(462,00)	(484,00)
9.1.1.2.1.99.00.00.00.00		(R) Outras Taxas de Poder Polícia	S		0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.1.99.00.01.00.00	1	(R) Taxa Vistoria	A	1	0,00	0,00	0,00
9.1.1.3.0.00.00.00.00.00		(R) CONTRIBUICAO DE MELHORIA	S		(5.500,00)	(5.775,00)	(6.050,00)



Código	UG	Especificação da Receita	Tipo	Fonte	2016	2017	2018
9.1.1.3.0.04.00.00.00.00	1	(R) Desconto Contrib.Melhor.Pavim.Obras Compl.	A	1	(5.500,00)	(5.775,00)	(6.050,00)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERÊNCIA CORRENTE	S		(3.381.100,00)	(3.887.730,00)	(4.072.860,00)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL	S		(3.381.100,00)	(3.887.730,00)	(4.072.860,00)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO	S		(1.619.700,00)	(1.868.790,00)	(1.957.780,00)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	S		(1.602.100,00)	(1.850.310,00)	(1.938.420,00)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS - FPM	S		(1.600.000,00)	(1.848.000,00)	(1.936.000,00)
9.1.7.2.1.01.02.06.00.00	1	(R) DEDUCOES DA RECEITA DO FPM - FUNDEB	A	31	(1.600.000,00)	(1.848.000,00)	(1.936.000,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR	S		(2.100,00)	(2.310,00)	(2.420,00)
9.1.7.2.1.01.05.04.00.00	1	(R) DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB - ITR	A	31	(2.100,00)	(2.310,00)	(2.420,00)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO ICMS DESONERAÇÃO - LEI COMPLEMENTAR 87/96	S		(17.600,00)	(18.480,00)	(19.360,00)
9.1.7.2.1.36.00.05.00.00	1	(R) DEDUCOES RECEITA FORMACAO FUNDEB - ICMS - DESON	A	31	(17.600,00)	(18.480,00)	(19.360,00)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERENCIA DO ESTADO	S		(1.761.400,00)	(2.018.940,00)	(2.115.080,00)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE PARTICIPACAO NA RECEITA DO ESTADO	S		(1.761.400,00)	(2.018.940,00)	(2.115.080,00)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO ICMS	S		(1.600.000,00)	(1.848.000,00)	(1.936.000,00)
9.1.7.2.2.01.01.05.00.00	1	(R) DEDUCOES DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - ICMS	A	31	(1.600.000,00)	(1.848.000,00)	(1.936.000,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DA COTA-PARTE DO IPVA	S		(132.000,00)	(138.600,00)	(145.200,00)
9.1.7.2.2.01.02.04.00.00	1	(R) DEDUCOES DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - IPVA	A	31	(132.000,00)	(138.600,00)	(145.200,00)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO IPI/EXPORTAÇÃO	S		(29.400,00)	(32.340,00)	(33.880,00)
9.1.7.2.2.01.04.05.00.00	1	(R) DEDUCOES DA RECEITA PARA FORMACAO DO FUNDEB - IPI/EXPORTACAO	A	31	(29.400,00)	(32.340,00)	(33.880,00)
Total					21.468.170,00	22.204.003,51	23.261.337,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Programa: 0000 ENCARGOS ESPECIAIS
Diagnóstico: Este programa refere-se as operações especiais que correspondem às despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e que não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
Diretrizes: Manter o recolhimento do PASEP nos prazos; Quitar os parcelamentos de dívida contratados, bem como os precatórios judiciais conforme determinam os Art. 100 da Constituição Federal e 33 das disposições Constitucionais Transitórias. Disponibilizar uma reserva legal para manter o equilíbrio orçamentário e financeiro e para fazer frente a imprevistos, riscos fiscais e passivos contingentes, bem como abrir créditos suplementares e especiais para atender despesas de contrapartida de convênios e contratos com outras esferas de governo.
Base Legal:

Iniciativa: 1601 Pagamento de Precatórios			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 28 Encargos Especiais			
Subfunção: 846 Outros Encargos Especiais			
Tipo de Iniciativa: Operação Especial			
Objetivos: Pagamento de precatórios judiciais e requisições de pequeno valor, conforme determinam os Arts. 100 da Constituição Federal e 33 das Disposições Constitucionais Transitórias.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 16.500,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	16.500,00	17.325,00	18.150,00

Iniciativa: 1701 Amortização de Dívidas			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 28 Encargos Especiais			
Subfunção: 843 Serviço da Dívida Interna			
Tipo de Iniciativa: Operação Especial			
Objetivos: Amortizar o principal da dívida contratada e recolhimento de seus encargos regularmente e em dia, bem como efetuar revisão da mesma, se necessário.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 330.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	330.000,00	46.500,00	9.350,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 1801 Contribuição ao Pasep			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 28 Encargos Especiais			
Subfunção: 846 Outros Encargos Especiais			
Tipo de Iniciativa: Operação Especial			
Objetivos: Recolher mensalmente a contribuição para o PASEP, em atendimento a legislação tributária federal.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 165.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	165.000,00	173.250,00	181.500,00

Iniciativa: 1901 Reserva de Contingencia			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 99 Reserva de Contingência			
Subfunção: 999 Reserva de Contingência			
Tipo de Iniciativa: Operação Especial			
Objetivos: Manter o equilíbrio orçamentário e financeiro.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 250.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	250.000,00	224.925,01	275.000,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 2001 Restituições de Convenios e Despesas Imprevistas			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 28 Encargos Especiais			
Subfunção: 846 Outros Encargos Especiais			
Tipo de Iniciativa: Operação Especial			
Objetivos: Esta ação destina-se ao registro de despesas com indenizações, exclusive as trabalhistas, e restituições, devidas por órgãos a entidades a qualquer título, inclusive devolução de receitas, quando não for possível efetuar essa devolução mediante a compensação com a receita correspondente, bem como outras despesas de natureza indenizatória não classificadas em elementos de despesas específicos.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 16.500,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	16.500,00	17.325,00	18.150,00

Iniciativa: 3401 Reserva de Contingencia do RPPS			
Unidade Gestora: 3 RPPS			
Função: 28 Encargos Especiais			
Subfunção: 846 Outros Encargos Especiais			
Tipo de Iniciativa: Operação Especial			
Objetivos: Reserva de contingencia do RPPS			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 1.810.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
50 RPPS	1.810.000,00	1.900.500,00	1.991.000,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Programa: 0001 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO DO PODER LEGISLATIVO
Diagnóstico:
Diretrizes: Dar condições para o funcionamento regular das atividades da Câmara Municipal de Vereadores com o custeio de despesas com pessoal, encargos sociais, administrativos e de serviços, aquisição de móveis e equipamentos e divulgação dos atos e fatos que envolvem o Poder Legislativo.
Base Legal:

Iniciativa: 101 Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 01 Legislativa			
Subfunção: 031 Acao Legislativa			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Atendimento às necessidades orçamentárias e financeiras da Câmara Municipal de Vereadores para viabilizar a manutenção das ações de carater administrativo e de suporte visando ao desenvolvimento e execução dos programas fins.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: Atendimento ao cidadão		Valor Global: 400.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	400.000,00	420.000,00	440.000,00

Iniciativa: 201 Divulgação das Atividades da Camara Municipal			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 01 Legislativa			
Subfunção: 031 Acao Legislativa			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Divulgar as atividades e realizações do Poder Legislativo			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: Divulgação		Valor Global: 48.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	48.000,00	50.400,00	52.800,00



Programa: 0002 APOIO ADMINISTRATIVO DO PODER EXECUTIVO
Diagnóstico:
Diretrizes: Dar condições para o funcionamento aos setores administrativos do Poder Executivo, com o custeio de despesas com pessoal, encargos sociais, administrativos e de serviços, aquisição de móveis e equipamentos e divulgação dos atos e fatos que envolvem o Poder Executivo. Apoio aos conselhos municipais.
Base Legal:

Iniciativa: 301 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 04 Administração			
Subfunção: 122 Administração Geral			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Dar condições para o funcionamento regular às atividades do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito, com o custeio de despesas com pessoal, encargos sociais, administrativos e de serviços, aquisição de móveis e equipamentos e divulgação dos atos e fatos que envolvem o Poder Executivo.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 435.070,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	435.070,00	456.823,50	478.577,00

Iniciativa: 401 Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração e Fazenda			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 04 Administração			
Subfunção: 123 Administração Financeira			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Dar condições para o funcionamento regular às atividades da Secretaria Municipal da Administração e Finanças, com o custeio de despesas com pessoal, encargos sociais, administrativos e de serviços, aquisição de móveis e equipamentos e divulgação dos atos e fatos que envolvem o Poder Executivo.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 1.820.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	1.820.000,00	1.911.000,00	2.002.000,00



Iniciativa: 501 Capacitação de Servidores			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 04 Administração			
Subfunção: 128 Formação de Recursos Humanos			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Capacitar os servidores para melhor atender os serviços publicos			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 29.700,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	29.700,00	31.185,00	32.670,00

Iniciativa: 601 Divulgação Oficial			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 04 Administração			
Subfunção: 131 Comunicação Social			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Divulgação oficial das atividades do Poder Executivo			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 55.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	55.000,00	57.750,00	60.500,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 701 Manutenção dos Sistemas Informatizados			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 04 Administração			
Subfunção: 126 Tecnologia da Informação			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Pagamento dos sistemas informatizados para controle da administracao publica			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 110.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	110.000,00	115.500,00	121.000,00

Iniciativa: 801 Manutencao das Atividades Secretaria de Obras			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 04 Administração			
Subfunção: 122 Administração Geral			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Dar condições para o funcionamento regular às atividades da Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Viação, com o custeio de despesas com pessoal, encargos sociais, administrativos e de serviços, aquisição de móveis e equipamentos e divulgação dos atos e fatos que envolvem o Poder Executivo.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 1.018.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	1.018.000,00	1.068.900,00	1.119.800,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 1501 Manutenção da Secretaria Municipal da Agricultura			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 20 Agricultura			
Subfunção: 122 Administração Geral			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Dar condições para o funcionamento regular às atividades da Secretaria Municipal da Agricultura, com o custeio de despesas com pessoal, encargos sociais, administrativos e de serviços, aquisição de móveis e equipamentos e divulgação dos atos e fatos que envolvem o Poder Executivo.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 570.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	570.000,00	598.500,00	627.000,00

Iniciativa: 2101 Manutenção da Secretaria de Educação e Cultura			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 368 Educação Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Manter as atividades administrativas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, diárias, material de consumo e serviços em geral, aquisição de equipamentos e mobiliário em geral. Realizar consertos e substituições no equipamento e mobiliário.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 66.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
20 MDE	66.000,00	69.300,00	72.600,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 2201 Realização de Concursos Públicos para Ingresso de Funcionários			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 04 Administração			
Subfunção: 122 Administração Geral			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Cumprir a parte legal que exige a aplicação de Concursos Públicos para o ingresso de servidores, visando atender a demanda.			
Produto: Escola Mantida		Unidade de Medida: Metro Quadrado	
Meta:		Valor Global: 22.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	22.000,00	23.100,00	24.200,00

Iniciativa: 2301 Defesa Civil			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 04 Administração			
Subfunção: 182 Defesa Civil			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Desenvolver atividades de prevenção e ações em situação de emergência ou calamidade pública.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 27.500,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	27.500,00	28.875,00	30.250,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 2401 Manutenção das Atividades do Controle Interno			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 04 Administração			
Subfunção: 124 Controle Interno			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Visa manter as atividades do controle interno, em suas funções de fiscalização, supervisão e orientação aos órgãos da administração municipal.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 55.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	55.000,00	57.750,00	60.500,00

Iniciativa: 5501 Manutenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 04 Administração			
Subfunção: 122 Administração Geral			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Dar condições para o funcionamento regular às atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, com o custeio de despesas com pessoal, encargos sociais, administrativos e de serviços, aquisição de móveis e equipamentos e divulgação dos atos e fatos que envolvem o Poder Executivo. Apoio ao Conselho de desenvolvimento economico e social.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 110.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	110.000,00	115.500,00	121.000,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Programa: 0003 MELHORIA DOS SERVIÇOS URBANOS
Diagnóstico:
Diretrizes: Ampliação e remodelagem de praças e jardins, pórticos e santuários turísticos, com calçamento e ajardinamento para oferecimento de melhores condições à população. Ampliar, melhorar e conservar as vias urbanas visando dar perfeitas condições de tráfego. Ampliação, melhoramento e manutenção de canais de retransmissão de televisão, visando oferecer aos munícipes opções de lazer e entretenimento. Ampliar e manter redes de iluminação pública e redes de fornecimento de energia no município. Ampliar, melhorar e manter os serviços de limpeza pública. Ampliação, conservação e manutenção do Cemitério Municipal e Capela Mortuária.
Base Legal:

Iniciativa: 901 Manutenção de praças, parques, jardins e santuários turísticos			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 15 Urbanismo			
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Ampliação e remodelagem de praças e jardins, pórticos e santuários turísticos, com calçamento e ajardinamento para oferecimento de melhores condições à população.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 44.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	44.000,00	46.200,00	48.400,00

Iniciativa: 1001 Manutenção, Conservação e Pavimentação de Vias urbanas			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 04 Administração			
Subfunção: 031 Acao Legislativa			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: ampliação, melhoramento e manutenção das vias urbanas em perfeitas condições de trafegabilidade.			
Produto: Alunos Ensino Infantil		Unidade de Medida: Aluno	
Meta:		Valor Global: 220.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	220.000,00	231.000,00	242.000,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 1101 Manutenção e Ampliação de canais de TV			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 15 Urbanismo			
Subfunção: 452 Serviços Urbanos			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: ampliação, melhoramento e manutenção de canais de retransmissão de televisão, visando oferecer aos munícipes opções de lazer e entretenimento.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 33.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	33.000,00	34.650,00	36.300,00

Iniciativa: 1201 Manutenção, reforma e ampliação iluminação Pública			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 25 Energia			
Subfunção: 752 Energia Elétrica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Ampliar e manter redes de iluminação pública e redes de fornecimento de energia no município. Adquirir um veículo adaptado com um guindaste com cesto para poda de arvores e manutenção na rede de iluminação publica, dependendo de um convenio com o governo federal ou estadual.			
Produto: Pontos de Iluminação		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 176.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	176.000,00	184.800,00	193.600,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 1301 Manutenção e Ampliação Cemitério Municipal e Capela Mortuária			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 15 Urbanismo			
Subfunção: 452 Serviços Urbanos			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Ampliação, melhoramento e manutenção do Cemitério Municipal e Capela Mortuária, para atendimento das necessidades da população vilamariense.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 44.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	44.000,00	46.200,00	48.400,00

Iniciativa: 1401 Manutenção e ampliação da rede de abastecimento de água e Saneamento Urbano			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 17 Saneamento			
Subfunção: 512 Saneamento Básico Urbano			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Disponibilizar para todas as residências do Município o fornecimento de água potável, com a ampliação e manutenção de redes de abastecimento. Elaboração de projetos, celebrar convênios com órgãos do governo estadual e federal para projeto de saneamento urbano na cidade. Fazer um novo mapeamento da rede de água do município para localizar melhor os pontos e os registros.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 152.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	152.000,00	159.600,00	167.200,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 3001 Manutenção e ampliação dos serviços de Coleta do Lixo			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 15 Urbanismo			
Subfunção: 452 Serviços Urbanos			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Manter os serviços de coleta, separação e destinação final do lixo urbano e rural de nosso município, conforme estabelece as normas sanitárias e ambientais, bem como orientar a população quanto da sua destinação correta. Manter e melhorar a limpeza pública, evitando a formação de lixões e a poluição de meio ambiente.			
Produto: Residencias Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 1280		Valor Global: 330.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	330.000,00	346.500,00	363.000,00

Iniciativa: 5901 Implantação da Cidade Digital			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 19 Ciência e Tecnologia			
Subfunção: 573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Implantar fibra otica ou outra ligação tecnologica na cidade de Vila Maria, em convenio com o governo federal, para distribuir internet gratis para todos os pontos da cidade e comunidades do interior.			
Produto: Famílias Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 50.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	50.000,00	52.500,00	55.000,00



Programa: 0004 RENOVAÇÃO DA FROTA VEÍCULOS ADMINISTRAÇÃO
Diagnóstico: Tendo em vista o estado precário de alguns veículos, devido ao uso, que necessitam frequentemente de manutenções e a demanda das Secretarias, faz-se necessária a renovação de frota, com o objetivo de oferecer segurança e agilidade dos servidores municipais, bem como a toda comunidade que utiliza os serviços municipais.
Diretrizes: Aquisição de veículos automotores;
Base Legal:

Iniciativa: 2601 Adquirir Veiculos para Secretaria da Educação			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 361 Ensino Fundamental			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Aquisição de veículos para melhor atender as demandas e necessidades de deslocamentos, com objetivo de oferecer segurança e agilidade aos servidores municipais bem como a toda a comunidade. Dos veiculos a serem adquiridos um microonibus deverá ser com elevador para utilização das pessoas com necessidades especiais.			
Produto: Veículo Adquirido		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 01 Carro, 04 micros e 02 Vans		Valor Global: 220.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
20 MDE	220.000,00	231.000,00	242.000,00

Iniciativa: 2701 Adquirir Veiculos para Secretaria da Saude			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 361 Ensino Fundamental			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Aquisição de veículos para melhor atender as demandas e necessidades de deslocamentos, com objetivo de oferecer segurança e agilidade aos servidores municipais bem como a toda a comunidade.			
Produto: Veículo Adquirido		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 01 Ambulancia		Valor Global: 110.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
40 ASPS	110.000,00	115.500,00	121.000,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Programa: 0005 PROMOÇÃO DO TURISMO
Diagnóstico: Necessidade de identificar o potencial turístico do município, incentivar, resgatar e valorizar a arquitetura, costumes, beleza natural e a gastronomia, bem como a comercialização de produtos artesanais confeccionados pelos artesãos do município.
Diretrizes: Ampliação da imagem de Município turístico dentro da Rota Turística da Serra Gaúcha, com incremento ao turismo ecológico e religioso.
Base Legal:

Iniciativa: 2801 Manutenção e Conservação do Turismo e dos Pontos Turísticos			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 23 Comércio e Serviços			
Subfunção: 695 Turismo			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Ampliação da imagem de Município turístico dentro da Rota Turística da Serra Gaúcha, com incremento ao turismo ecológico e religioso.			
Produto: Espaço Publico Mantido		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 66.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	66.000,00	69.300,00	72.600,00

Iniciativa: 2901 Pavimentação de Estradas Municipais			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 26 Transporte			
Subfunção: 782 Transporte Rodoviário			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Pavimentação de Estradas Municipais para acesso aos pontos turísticos do município em parceria com o governo federal.			
Produto: Pavimentações Paralelepipedos		Unidade de Medida: Metro Quadrado	
Meta:		Valor Global: 55.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	55.000,00	57.750,00	60.500,00



Programa: 0006 GERAÇÃO DE EMPREGOS E RENDA
Diagnóstico: O Município de Vila Maria está geograficamente bem localizado. Por isto existe a necessidade de atrair novos empreendimentos e incentivar os já existentes, visando suprir a demanda de empregos e aumento da produção. Para tanto, faz-se necessária a aquisição de novas áreas para a instalação de empresas no Distrito Industrial, bem como a melhoria dos já existentes e a necessidade de mão-de-obra qualificada voltada para o desenvolvimento dos diferentes segmentos são pré-requisitos para suprir a demanda de empregos, o aumento da produção, possibilitando maior desenvolvimento comercial, industrial e de prestação de serviços no município.
Diretrizes: Desenvolver programas para atrair novos empreendedores, incentivar os empreendimentos já existentes, oferecendo infra-estrutura, incentivos e acompanhamento, bem como realizar ações que auxiliem os trabalhadores a terem acesso às informações relevantes e atualizadas no mundo do trabalho, mediante qualificação profissional e social, com vistas ao crescimento industrial, geração de empregos, melhoria da renda per capita e do valor adicionado.
Base Legal:

Iniciativa: 3801 Programa de incentivo a geração de empregos e renda			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 11 Trabalho			
Subfunção: 334 Fomento ao Trabalho			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Desenvolvimento da atividade econômica através de formulação de uma política de apoio e estímulo a implantação e desenvolvimento dos níveis de produção e produtividade, objetivando assegurar a eficiência de um processo contínuo da melhoria da qualidade de vida e bem estar social do município.			
Produto: Emprego Gerado		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 30 empregos ao ano		Valor Global: 66.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	66.000,00	69.300,00	72.600,00



Iniciativa: 3901 Apoiar a Instalação de novas Empresas no Município			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 22 Indústria			
Subfunção: 661 Promoção Industrial			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Melhorias na infra-estrutura dos Distritos Industriais existentes. Aquisição de nova área e disponibilização de toda infra-estrutura necessária para a instalação de novas empresas, com a construção de pavilhões que serão cedidos aos empresários no momento inicial de sua instalação, com vistas ao crescimento econômico industrial, geração de empregos e melhoria da renda. Aquisição de area especifica para concessão a novas empresas. Incentivo às empresas já instaladas no município para ampliação de sua produção ou geração de empregos.			
Produto: Programas Mantidos		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 300.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	300.000,00	315.000,00	330.000,00



Programa: 0007 SEGURANÇA PÚBLICA
Diagnóstico: O município de Vila Maria, enfrenta problemas quando em situações de urgência e emergência, relacionadas ao combate de incêndios, socorro e salvamento de pessoas em risco, pois o município não possui pessoas qualificadas e nem equipamentos para tais serviços. Por estar localizado as margens da RS 324 tem a passagem de muitos veículos todos os dias e tem a necessidade de monitoramento deste fluxo para dar maior segurança a população.
Diretrizes: Incentivar os servidores públicos responsáveis pela segurança no município, como os servidores da Brigada Militar e da Polícia Civil. Adquirir câmeras de monitoramento e fazer um convênio com a Brigada Militar para monitoramento dos principais pontos da cidade.
Base Legal:

Iniciativa: 3101 Monitorar a Cidade			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 06 Segurança Pública			
Subfunção: 181 Policiamento			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Viabilizar recursos junto a órgãos federais e estaduais no sentido de implantar um sistema de câmeras de vigilância junto ao perímetro urbano do município para auxiliar o Policiamento Ostensivo na manutenção e melhoria da segurança pública			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 100.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	100.000,00	105.000,00	110.000,00

Iniciativa: 3201 Manutenção da Jari			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 04 Administração			
Subfunção: 122 Administração Geral			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos:			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 22.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	22.000,00	23.100,00	24.200,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 3501 Manutenção do CONSEPRO			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 06 Segurança Pública			
Subfunção: 181 Policiamento			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Auxiliar os servidores da brigada militar e policia civil			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 33.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	33.000,00	34.650,00	36.300,00

Iniciativa: 9101 Construção de Sede da Brigada Militar			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 06 Segurança Pública			
Subfunção: 181 Policiamento			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Construir, em parceria com o governo do Estado do RS, a sede do batalhao da Brigada Militar.			
Produto: Metros Construídos		Unidade de Medida: Metro Quadrado	
Meta: 80 mts		Valor Global: 82.500,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	82.500,00	86.625,00	90.750,00



Programa: 0008 PROMOÇÃO DO COMERCIO LOCAL
Diagnóstico: Considerando a importância dos setores comercial e de prestação de serviços no Município, sentiu-se a necessidade de desenvolvermos ações que fomentem o desenvolvimento econômico destes setores.
Diretrizes: Incentivar os investimentos, a geração de empregos e a expansão das atividades comerciais e de prestação de serviços no município.
Base Legal:

Iniciativa: 3601 Promoção e Participação em Feiras e Exposições			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 23 Comércio e Serviços			
Subfunção: 691 Promoção Comercial			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Apoiar e promover e participar de feiras e eventos atraindo compradores e investidores, para expansão e divulgação comercial e industrial no município. Promover as pontencialidades da agroindústria municipal, através da promoção dos produtos "in natura" e processados, promovendo sua divulgação e comercialização em feiras e exposições.			
Produto: Famílias Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 90.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	90.000,00	94.500,00	99.000,00

Iniciativa: 3701 Incentivo ao Comercio Local			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 23 Comércio e Serviços			
Subfunção: 691 Promoção Comercial			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Diagnosticar as possibilidades de diversificar as atividades produtivas, bem como incentivar as vendas do comércio local e desenvolver cursos de capacitação para qualificação de mão - de-obra destinada a área do comércio e prestadores de serviço, incentivando assim os investimentos e a geração de empregos nestas áreas.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 55.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	55.000,00	57.750,00	60.500,00



Iniciativa: 5101 Manutenção do Programa Bolão Vilamariense			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 23 Comércio e Serviços			
Subfunção: 691 Promoção Comercial			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Incentivar a indústria, o comércio e os serviços, bem como aos contribuintes em geral visando ao aumento da arrecadação, geração de empregos e renda e capacitação de pessoas.			
Produto: Programas Mantidos		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 30.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	30.000,00	31.500,00	33.000,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Programa: 0009 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO
Diagnóstico: O setor agropecuario do município é um dos setores de maior participação no PIB do município.
Diretrizes: Valorizar a produção local, através de ações conjuntas com órgãos estaduais e federais, com o intuito de transformar a atividade agroindustrial em um setor econômico viável e auto-sustentável. Criar programas e desenvolver parcerias com SEBRAE, ATUASSERRA, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, EMATER e demais entidades e pessoas envolvidas neste segmento, incentivando agroindústrias que venham a se instalar no Distrito Agroindustrial, auxiliando na regularização junto à órgãos ambientais, fortalecendo, assim, o setor agroindustrial do Município.
Base Legal:

Iniciativa: 4001 Incentivo a Agroindustrias			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 20 Agricultura			
Subfunção: 606 Extensão Rural			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Incentivar a instalação de agroindustrias familiares para beneficiamento da produção agropecuaria local e regional, com terraplanagens, construção de galpões, entradas nas propriedades, pagamento de cursos para os agricultores que objetivarem a instalação de empresas e outros incentivos.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 100.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	100.000,00	105.000,00	110.000,00

Iniciativa: 4101 Incentivo a Produção de Animais e Manutenção do Abatedouro			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 20 Agricultura			
Subfunção: 606 Extensão Rural			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Promoção da melhoria genética através do Programa de Inseminação Artificial e melhoria da produção e de instalações, bem como incentivo à produção de peixes, visando ao aumento da renda familiar. Fazer melhorias no entorno do novo Abatedouro para colocá-lo em funcionamento.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 165.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	165.000,00	173.250,00	181.500,00



Iniciativa: 4401 Irrigação nas Propriedades do Interior			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 20 Agricultura			
Subfunção: 607 Irrigação			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Proporcionar a irrigação na zona rural, através da construção de micro-açudes e cisternas, amenizando os problemas causados pela estiagem.			
Produto: Famílias Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 20 famílias		Valor Global: 33.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	33.000,00	34.650,00	36.300,00

Iniciativa: 4501 Manutenção e Ampliação da Patrulha Agrícola e Incentivo à Agricultura			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 20 Agricultura			
Subfunção: 606 Extensão Rural			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Viabilizar infra-estrutura para instalação de aviários, galpões e estufas de fumo, pocilgas e alojamento de suínos, bem como melhorar o acesso às propriedades rurais. Formação de patrulha agrícola, aquisição de trator e roçadeira articulada para realizar serviços de corte de vegetação nas beiras de estradas e aquisição de equipamentos comunitários. Também, incentivo em serviços nas áreas de hortaliças, fruticultura, florestamentos e novas culturas que venham a ser implementadas no município, visando agregar renda às propriedades rurais e incentivar a permanência do homem no campo. Pagamento da Emater/Ascar.			
Produto: Famílias Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 120.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	120.000,00	126.000,00	132.000,00



Iniciativa: 4601 Abastecimento de Agua			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 17 Saneamento			
Subfunção: 544 Recursos Hídricos			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Perfuração de poços, construção e ampliação de redes de água, manutenção dos sistemas visando o fornecimento de água potável a 100% da população, gerando assim ,qualidade de vida.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 110.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	110.000,00	115.500,00	121.000,00

Iniciativa: 4901 Manutenção da Rede de Telefonia para o meio Rural			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 20 Agricultura			
Subfunção: 722 Telecomunicações			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Realizar manutenções, ampliações e modernização de toda a rede de telefones do interior do município com sistemas novos. Levar às comunidades do interior sinal de internet e fibra ótica.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 77.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	77.000,00	80.850,00	84.700,00

**LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016****Anexo V - Meta Fiscal da Despesa**

Iniciativa: 5001 Apoio ao Produtor Rural			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 20 Agricultura			
Subfunção: 606 Extensão Rural			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Necessidade de apoio ao Produtor Rural, colocando à disposição assistência técnica, máquinas agrícolas, equipamentos rodoviários, sementes, calcário, adubos e fertilizantes, diretamente ou em convênios com órgãos oficiais e através de contrato com entidades especializadas, bem como a promoção e incentivo, realização e participação de cursos, reuniões e Dias de Campo. Manter o programa Troca-Troca e o Fundo de Desenvolvimento Rural e apoio ao Condevima.			
Produto: Famílias Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 132.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	132.000,00	138.600,00	145.200,00



Programa:	0010 PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
Diagnóstico:	Atualmente com a municipalização do meio ambiente, necessita-se de equipamentos, software de controle, emissão e fiscalização de licenças ambientais, assim como, sua publicação digital, medidas indispensáveis para a condução do processo de licenciamento.
Diretrizes:	Criar e manter o fundo municipal do meio ambiente, gerando recursos para aquisição de equipamentos necessário para o licenciamento, promover a recuperação de áreas degradadas, reflorestamento, desenvolver programas de educação ambiental.
Base Legal:	

Iniciativa: 4201 Manutenção do Fundo de Meio Ambiente			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 18 Gestão Ambiental			
Subfunção: 541 Preservação e Conservação Ambiental			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Manter o Fundo Municipal de Meio ambiente e o Programa de licenciamento ambiental, com pagamento de pessoal , materiais e serviços especializados, bem como adquirir equipamentos para facilitar o trabalho dos responsáveis pela emissão das licenças			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 27.500,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	27.500,00	28.875,00	30.250,00

Iniciativa: 4301 Canalização de Esgoto Cloacal, Fluvial e Canalização de Arroios			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 18 Gestão Ambiental			
Subfunção: 541 Preservação e Conservação Ambiental			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Canalizar o esgoto cloacal e o esgoto fluvial da cidade e canalizar os arroios que cercam a cidade .			
Produto: Metros Construídos		Unidade de Medida: Metro Quadrado	
Meta:		Valor Global: 77.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	77.000,00	80.850,00	84.700,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 4701 Preservação do Meio Ambiente, dos rios e nascentes			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 18 Gestão Ambiental			
Subfunção: 541 Preservação e Conservação Ambiental			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Desenvolver ações e estratégias para preservação dos recursos naturais e recomposição de áreas degradadas, por meio de sementeira ou plantação e distribuição de mudas; garantir o monitoramento da qualidade e quantidade de água, através da conservação, despoluição, dragagem e drenagem de rios, arroios e sangas, visando a proteção dos recursos naturais e controle da poluição ambiental.			
Produto: Programas Mantidos		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 66.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	66.000,00	69.300,00	72.600,00

Iniciativa: 9201 Implantação do Plano de Saneamento Ambiental			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 17 Saneamento			
Subfunção: 512 Saneamento Básico Urbano			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Implantar o plano de saneamento ambiental com o controle dos residuos solidos, canalização e tratamento de esgotos e canalização de nascentes. Outras acoes com objetivo de implantar o plano de saneamento.			
Produto: Metros Construídos		Unidade de Medida: Metro Quadrado	
Meta:		Valor Global: 110.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	110.000,00	115.500,00	121.000,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Programa: 0011 INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO
Diagnóstico: O município possui aproximadamente 420 km de estradas municipais. A Secretaria Municipal de Obras possui um parque de máquinas com os seguintes bens: 02 motoniveladoras, 01 carregadeiras, 04 retroescavadeiras, 01 rolo compactador, 04 caminhões e 05 veículos, devendo esta frota ser renovada e ampliada.
Diretrizes: Realizar manutenção das rodovias com alargamento, ensaibramento, colocação de brita, construção e manutenção de pontes, bueiros, pontilhões e a sinalização das mesmas. Aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação e manutenção da frota.
Base Legal:

Iniciativa: 5201 Eletrificação Rural			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 25 Energia			
Subfunção: 752 Energia Elétrica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Levar energia eletrica para todas as familias do municipio. Manutenção e ampliação da rede de energia eletrica para as familias.			
Produto: Eletrificação Ruaral Ampl/Cons		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 88.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	88.000,00	92.400,00	96.800,00

Iniciativa: 5301 Manutenção, Conservação e Melhoria das Estradas Municipais			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 26 Transporte			
Subfunção: 782 Transporte Rodoviário			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Ampliar, melhorar e conservar as estradas municipais visando dar perfeitas condições de tráfego, incluindo-se no programa todas as obras necessárias, efetuando manutenções periódicas e construção de pontes, pontilhões e bueiros, alargando, britando, cascalhando, com o objetivo de dar condições de trafegabilidade em qualquer tempo. Dar manutenção no Britador Municipal. Adquirir a brita e cascalho para colocação nas estradas municipais.			
Produto: Estradas Principais		Unidade de Medida: Km	
Meta: 420 km de estradas		Valor Global: 330.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	330.000,00	346.500,00	363.000,00



Iniciativa: 5302 MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORIAS DAS ESTRADAS MUNICIPAIS - RECURSO CIDE			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 26 Transporte			
Subfunção: 782 Transporte Rodoviário			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Ampliar, melhorar e conservar as estradas municipais visando dar perfeitas condições de tráfego com recursos advindos do programa cide.			
Produto: Estradas Principais		Unidade de Medida: Km	
Meta: 420 km de estradas		Valor Global: 20.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1029 CIDE	20.000,00	21.000,00	22.000,00

Iniciativa: 5401 Manutenção e Conservação de Veículos, Maquinas Viárias e Equipamentos			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 26 Transporte			
Subfunção: 782 Transporte Rodoviário			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Proporcionar a aquisição e renovação da frota de veiculos e manutenção das máquinas, veículos e equipamentos rodoviários existentes. O pagamento do pessoal responsável, reformas, reparos, aquisição de lubrificantes, combustíveis, serviços e peças e acessórios.			
Produto: Equipamento/Máq. Adquiridos		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 1.100.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	1.100.000,00	1.155.000,00	1.210.000,00



Iniciativa: 6001 Construção do Galpão do Parque de Máquinas			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 26 Transporte			
Subfunção: 782 Transporte Rodoviário			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Construção de um galpao de aproximadamente 1500 m2 para abrigar as máquinas e veiculos das secretarias de obras, agricultura, educação e assistência social.			
Produto: Metros Construídos		Unidade de Medida: Metro Quadrado	
Meta:		Valor Global: 165.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	165.000,00	173.250,00	181.500,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Programa: 0012 ASSISTENCIA INTEGRAL À FAMILIA			
Diagnóstico: O Município possui um Cadastro de Famílias que encontram-se em Situação de Risco, as quais são definidas pelo Conselho Municipal de Promoção Social segundo critérios objetivos estabelecidos pelos seus membros, cuja alteração da Lista de Famílias é realizada somente através de revisões periódicas, convocadas especialmente para fins de atualização cadastral através do diagnóstico, análise e aprovação pela maioria dos conselheiros presentes. Através desse cadastro de famílias, o Município tem implementado suas políticas públicas na área de assistência social, onde os benefícios são prestados direta e indiretamente às famílias carentes, por intermédio de auxílio funeral, agasalhos, gêneros alimentícios e habitação. A operacionalização da política de promoção e proteção às crianças e aos adolescentes é acompanhada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Tutelar. Essas ações são acompanhadas pelo Conselho Municipal da Assistência Social e o Departamento de Assistência Social fica vinculado a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.			
Diretrizes: Manter, ampliar e qualificar ações, programas e projetos destinados ao público alvo da Assistência Social em situação de risco pessoal, social e econômico; fortalecer e proporcionar a atuação do Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como Conselho Tutelar; manter Programas de apoio à Terceira Idade através da ampliação e do fortalecimento dos grupos existentes, prestando e possibilitando atividades de caráter contínuos; conceder auxílio e subvenções às entidades organizadas do município, cujo objetivo social é a promoção da educação, cultura, lazer, desporto, social ou comunitário; participação da população por meio de organizações representativas, na formulação e no controle de ações em todos os níveis da Assistência Social. Construção e reforma, em parceria com os governos federal e estadual de casas populares para a população de baixa renda.			
Base Legal:			

Iniciativa: 5701 Construção e Reforma de Habitações Populares			
Unidade Gestora:	1 MUNICIPIO DE VILA MARIA		
Função:	16 Habitação		
Subfunção:	482 Habitação Urbana		
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Oportunizar condições de moradia digna à população de baixa renda do Município de Vila Maria com a construçao de casas populares e a reforma de casas tambem as demais familias do município.			
Produto: Famílias Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 220.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			

Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	220.000,00	231.000,00	242.000,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 6101 Assistência a Pessoas Carentes e Benefícios Eventuais			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 08 Assistência Social			
Subfunção: 244 Assistência Comunitária			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Prestar assistência a pessoas carentes com auxílio funeral, e estadia para tratamento curativo de moléstia, gêneros alimentícios, agasalhos, dentre outras ações de assistência social, destinado às famílias em situação de risco, devidamente cadastradas pelo Conselho Municipal de Promoção Social. Visa também, custear despesas com convênios de abrigo em outros municípios próximos, como medida protetiva e provisória a crianças em situação de risco e violação e exploração sexual e despesas provenientes de casas asilares e lares para idoso e instituições de recuperação e desintoxicação de indivíduos carentes dependentes de drogas lícitas e ilícitas, bem como apoiar a família do dependente. Custear despesas com crianças e adolescentes.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 66.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	66.000,00	69.300,00	72.600,00

Iniciativa: 6201 Construção do Centro de Referencia de Assistencia Social			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 08 Assistência Social			
Subfunção: 244 Assistência Comunitária			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Construir Unidade Pública da Assistencia Social, localizado em Area com maior indice, de vulnerabilidade, e risco social, destinado a prestação de serviços, e programas socio-assistenciais, da proteção saocial e básica as famílias, e articulação destes serviços no seu território de abrangencia, de modo a potencializar a Promoção Social.			
Produto: Metros Construídos		Unidade de Medida: Metro Quadrado	
Meta:		Valor Global: 55.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	55.000,00	57.750,00	60.500,00



Iniciativa: 6301 Atendimento aos Idosos e Grupos de Terceira Idade			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 08 Assistência Social			
Subfunção: 241 Assistência ao Idoso			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Proporcionar aos Idosos do Município atividades físicas, recreativas de lazer, culturais, e demais atividades correlacionadas, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 66.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	66.000,00	69.300,00	72.600,00

Iniciativa: 6401 Auxílio e Subvenções a Entidades			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 08 Assistência Social			
Subfunção: 244 Assistência Comunitária			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Visa a concessão de auxílios e subvenções a entidades organizadas que promovem educação, cultura, lazer, desporto e promoção social e comunitária. Visa tambem a repasse para as comunidades do interior para despesas junto aos salões das comunidades ou outras em que as proprias comunidades decidam, com prestacao de contas.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 220.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	220.000,00	231.000,00	242.000,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 6501 Manutenção do Conselho Tutelar, Conselho da Criança e Adolescente			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 08 Assistência Social			
Subfunção: 244 Assistência Comunitária			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Manter e ampliar o atendimento e as atividades do Conselho Tutelar. Promoção de assistência, proteção e valorização da criança e do adolescente nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, com ações diretas ou em parceria com a comunidade, entidades e outras esferas de governo.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 88.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	88.000,00	92.400,00	96.800,00

Iniciativa: 6601 MANUTENÇÃO ASSISTENCIA SOCIAL RECURSOS PAIF			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 08 Assistência Social			
Subfunção: 244 Assistência Comunitária			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Promoção de assistência, proteção e valorização da criança e do adolescente ao idosoe pessoas em vulnerabilidade social com recursos paif.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 72.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1043 ASSISTENCIA SOCIAL - PAIF	72.000,00	75.600,00	79.200,00



Iniciativa: 6602 MANUTEN ASSIST.COM RECURSOS IGD BF			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 08 Assistência Social			
Subfunção: 244 Assistência Comunitária			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Promoção de assistência, proteção e valorização da criança e do adolescente, ao idoso e as pessoas em vulnerabilidade social com recursos igd bf.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 12.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1031 IGD BF	12.000,00	12.600,00	13.200,00

Iniciativa: 6603 MANUTENÇÃO DA ASSIT IGD SUAS			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 08 Assistência Social			
Subfunção: 244 Assistência Comunitária			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Promoção de assistência, proteção e valorização da criança e do adolescente, ao idoso e as pessoas em vulnerabilidade social com recursos igd suas.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 12.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1044 IGD SUAS	12.000,00	12.600,00	13.200,00



Iniciativa: 6604 MANUT ASSIST RECUSROS RSCF VINCULOS			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 08 Assistência Social			
Subfunção: 244 Assistência Comunitária			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Promoção de assistência, proteção e valorização da criança e do adolescente, ao idoso e as pessoas em vulnerabilidade social com recursos rscf vinculos.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 60.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1054 Reordenação de Serviços e Convenios e Fortalecimento de	60.000,00	63.000,00	66.000,00

Iniciativa: 6605 MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA ASSITENCIA SOCIAL			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 08 Assistência Social			
Subfunção: 244 Assistência Comunitária			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Promoção de assistência, proteção e valorização da criança e do adolescente, ao idoso e as pessoas em vulnerabilidade social com recursos próprios.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 240.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	240.000,00	252.000,00	264.000,00



Iniciativa: 6606 Atendimento a Criança e ao Adolescente			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 08 Assistência Social			
Subfunção: 243 Assistência à Criança e ao Adolescente			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Promoção de assistência, proteção e valorização da criança e do adolescente nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, com ações diretas ou em parceria com a comunidade, entidades e outras esferas de governo.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 55.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	55.000,00	57.750,00	60.500,00



Programa: 0013 EDUCAÇÃO BASICA
Diagnóstico: O Município possui uma Escola, localizada na zona urbana organizada da seguinte forma: Educação Infantil - Berçário (4 meses a 2 anos) = Não tem alunos; Maternal (2 anos a 3 anos) = Não tem alunos; Jardim(3 anos a 4 anos) = 25 alunos; Pré-escolar (5 anos) = 63 alunos. Ensino Fundamental (1º ano a 9ª série) = 270 alunos. A escola atende alunos das 7:30 às 17:15 horas, em dois turnos. No Ensino Fundamental as atividades complementares são realizadas através do coral da escola, bandinha da escola, projeto arte e expressão (balé), cursos de gaita, violão e teclado e aulas complementares. O transporte escolar é oferecido gratuitamente aos alunos com veículos próprios e terceirizados. A Merenda Escolar é fornecida diretamente nas Escolas. Os prédios escolares necessitam de reformas estruturais e embelezamento, bem como ampliação do espaço físico.
Diretrizes: Ampliação do prédio escolar. Manutenção da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Atendimento do transporte Escolar gratuito para os alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Fornecimento de Merenda Escolar e alimentação para os alunos do ensino infantil. Ampliação da frota própria do transporte Escolar. Qualificação dos espaços pedagógicos com aquisição de equipamentos. Ampliação do quadro funcional. Construção de uma Creche e de uma Escola de Ensino Fundamental. Construção de uma quadra esportiva coberta. Qualificação dos profissionais. Aquisição de materiais didáticos e EPIS. Ampliação das atividades extra-curriculares.
Base Legal:

Iniciativa: 6701 Construção de uma Creche			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 365 Educação Infantil			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Visa a aquisição de terreno e construção de Creche para atender crianças de 0 a 03 anos, inclusive com as instalações, equipamentos e materiais necessários para funcionamento da creche, com o atendimento a aproximadamente 60 crianças. Esse projeto poderá ser desenvolvido em parceria com a União Federal e/ou Governo do Estado.			
Produto: Metros Construídos		Unidade de Medida: Metro Quadrado	
Meta: 600 m2		Valor Global: 55.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
20 MDE	55.000,00	57.750,00	60.500,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 6801 Construção de uma Escola de Ensino Fundamental e Ginásio de Esportes			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 361 Ensino Fundamental			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Adquirir um terreno e Construir uma escola de ensino fundamental para atender aos alunos da rede municipal, inclusive com as instalações, equipamentos e materiais necessários. Construir junto a escola um ginásio de esportes para atender a demanda da escola. Aquisição de um laboratório de ciências para a escola. Esse projeto somente será desenvolvido com uma parceria com a União Federal e/ou Governo do Estado.			
Produto: Metros Construídos		Unidade de Medida: Metro Quadrado	
Meta: 800 m2		Valor Global: 88.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
20 MDE	88.000,00	92.400,00	96.800,00

Iniciativa: 6901 Manutenção do Ensino Fundamental			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 361 Ensino Fundamental			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Busca atender todas as necessidades para funcionamento do Ensino Fundamental do Município e/ou convênio com outras escolas da região, alocando despesas com Pessoal, material, demais despesas correntes e Equipamentos para manter o ensino e as escolas. Visa atender também as despesas da merenda escolar do ensino fundamental. Adquirir livros e manutenção da biblioteca das escolas municipais. Adquirir duas brinquedotecas para estimular o estudo e leitura aos alunos. Aquisição de climatizadores para as escolas municipais,			
Produto: Alunos Ensino Regular		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 300 alunos		Valor Global: 920.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
20 MDE	920.000,00	966.000,00	1.012.000,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 6902 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL RECURSO FUNDEB			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 361 Ensino Fundamental			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Busca atender necessidades para funcionamento do Ensino Fundamental do Município com recursos do Fundeb			
Produto: Alunos Ensino Regular		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 300 alunos		Valor Global: 1.100.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
31 FUNDEB	1.100.000,00	1.155.000,00	1.210.000,00

Iniciativa: 6903 MANUTENÇÃO DA MERENDA PNAE			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 361 Ensino Fundamental			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Busca atender as necessidades relacionadas ao fornecimento de merenda escolar para os alunos da Educação Fundamental do Município.			
Produto: Alunos Ensino Regular		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 300 alunos		Valor Global: 32.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1008 MERENDA ESCOLAR - CONVÊNIO FEDERAL - PNAE	32.000,00	33.600,00	35.200,00



Iniciativa: 6904 MANUTENÇÃO DA MERENDA PNAE			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 365 Educação Infantil			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Busca atender as necessidades relacionadas ao fornecimento de merenda escolar para os alunos da Educação Infantil do Município.			
Produto: Alunos Ensino Regular		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 300 alunos		Valor Global: 30.500,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1008 MERENDA ESCOLAR - CONVÊNIO FEDERAL - PNAE	30.500,00	32.025,00	33.550,00

Iniciativa: 6905 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DINH. DIR. ESCOLA FNDE			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 361 Ensino Fundamental			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Busca atender as necessidades para funcionamento do Ensino Fundamental do Município.			
Produto: Alunos Ensino Regular		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 300 alunos		Valor Global: 5.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1006 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	5.000,00	5.250,00	5.500,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 6906 MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO RECURSO SALARIO EDUCAÇÃO			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 361 Ensino Fundamental			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Busca atender as necessidades para funcionamento do Ensino Fundamental do Município com recursos do salário educação.			
Produto: Alunos Ensino Regular		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 300 alunos		Valor Global: 126.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1002 SALARIO EDUCACAO	126.000,00	132.300,00	138.600,00

Iniciativa: 7001 Manutenção do Ensino Infantil			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 365 Educação Infantil			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Para o atendimento da demanda de Educação do Pré-escolar (0 - 6 anos) é necessário: manutenção de profissionais da educação; aquisição de material pedagógico; aquisição de material didático; formação continuada de professores; aquisição de equipamentos e parques infantis, e manutenção do prédio. Visa atender as despesas com creche municipal, com alocação de alimentos, profissionais e demais despesas, inclusive locação provisória de prédio para atender as crianças de 0 a 3 anos. Aquisição de climatizadores para as escolas municipais.			
Produto: Alunos Ensino Infantil		Unidade de Medida: Aluno	
Meta: 150 alunos		Valor Global: 165.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
20 MDE	165.000,00	173.250,00	181.500,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 7002 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL RECURSO FUNDEB			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 365 Educação Infantil			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Busca atender demandas que o Município possui com Educação Básica através de recursos do Fundeb.			
Produto: Alunos Ensino Infantil		Unidade de Medida: Aluno	
Meta: 150 alunos		Valor Global: 306.400,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
31 FUNDEB	306.400,00	321.720,00	337.040,00

Iniciativa: 7101 Qualificação dos Professores			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 368 Educação Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Para atender o processo de ensino aprendizagem, a formação continuada dos profissionais da educação e a ampliação do quadro de funcionários é indispensável a qualificação dos mesmos.			
Produto: Cursos Realizados		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 10 cursos		Valor Global: 27.500,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
20 MDE	27.500,00	28.875,00	30.250,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 7201 Manutenção do Transporte Escolar			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 368 Educação Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: O município não possui frota suficiente para atender o transporte escolar em todas as linhas do município, necessitando, portanto, contratar serviços de terceiros para atender aos alunos da rede estadual e municipal através de recursos próprios e convênio PNATE, Estadual e Federal. Realizar despesas com a frota própria atendendo despesas com motoristas, combustível e manutenção mecânica, peças, pneus e demais despesas com manutenção.			
Produto: Aluno Transportado (escolar)		Unidade de Medida: Alunos	
Meta:		Valor Global: 130.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
20 MDE	130.000,00	136.500,00	143.000,00

Iniciativa: 7202 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR RECURSO FNDE PNATE			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 368 Educação Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: O município não possui frota suficiente para atender o transporte escolar em todas as linhas do município, necessitando, portanto, contratar serviços de terceiros para atender aos alunos da rede estadual e municipal através de recursos próprios e convênio PNATE, Estadual e Federal. Realizar despesas com a frota própria atendendo despesas com motoristas, combustível e manutenção mecânica, peças, pneus e demais despesas com manutenção.			
Produto: Aluno Transportado (escolar)		Unidade de Medida: Alunos	
Meta:		Valor Global: 55.800,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1003 CONVÊNIO PNATE	55.800,00	58.590,00	61.380,00



Iniciativa: 7203 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 368 Educação Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: O município não possui frota suficiente para atender o transporte escolar em todas as linhas do município, necessitando, portanto, contratar serviços de terceiros para atender aos alunos da rede estadual e municipal através de recursos próprios e convênio PNATE, Estadual e Federal. Realizar despesas com a frota própria atendendo despesas com motoristas, combustível e manutenção mecânica, peças, pneus e demais despesas com manutenção.			
Produto: Aluno Transportado (escolar)		Unidade de Medida: Alunos	
Meta:		Valor Global: 77.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1003 CONVÊNIO PNATE	77.000,00	80.850,00	84.700,00

Iniciativa: 7301 Manutenção dos Prédios não Escolares e Laboratório de Informatica			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 368 Educação Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Realizar despesas com a manutenção do anfiteatro. Manutenção da Biblioteca Municipal, com a aquisição de livros e materiais. Manutenção do Laboratório de Informatica, com a alocação de materiais, profissionais e demais despesas para seu funcionamento. Aquisição de equipamentos para o Telecentro.			
Produto: Alunos Ensino Regular		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 50.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
20 MDE	50.000,00	52.500,00	55.000,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Programa: 0014 APOIO AO ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO
Diagnóstico: O município oferece transporte e crédito educativo municipal para os estudantes do ensino superior do município.
Diretrizes: Oferecer Auxílio para o transporte nas cidades da Região a todos os estudantes do Município que Cursam Ensino Superior e Técnico, conforme lei específica vigente. Aprimorar e aumentar o crédito educativo municipal.
Base Legal:

Iniciativa: 7401 Apoio ao Ensino Superior			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 364 Ensino Superior			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Auxiliar os alunos do ensino superior com transporte e crédito educativo municipal			
Produto: Alunos Curso Superior		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 160 jovens		Valor Global: 352.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	352.000,00	369.600,00	387.200,00

Iniciativa: 7501 Apoio ao Ensino Técnico e Educação de Jovens e Adultos			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 12 Educação			
Subfunção: 366 Educação de Jovens e Adultos			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Apoiar os alunos do ensino tecnico e os jovens e adultos do ensino fundamental e médio, com o transporte para as cidades de Camargo, Casca, Marau e Sertão.			
Produto: Alunos Ensino Técnico		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 22.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	22.000,00	23.100,00	24.200,00



Programa: 0015 APOIO AO ESPORTE AMADOR E LAZER COMUNITARIO
Diagnóstico: O Conselho Municipal de Desportos organiza os eventos esportivos do município, necessitando de recursos para a realização desse eventos. O município conta atualmente com um Ginásio de Esportes, campo de futebol sete/society, quadra de volei, etc.
Diretrizes: Construção e manutenção de ginásio de esportes. Construção de uma pista de atletismo junto ao módulo esportivo. Manutenção e reforma do Módulo Esportivo. Aquisição de material esportivo. Apoio a eventos esportivos, as escolinhas municipais, ao esporte amador e manutenção do conselho de esportes. Construção e manutenção de academia ao ar livre.
Base Legal:

Iniciativa: 7601 Construção de Ginasio de Esportes e Manutenção do Ginásio Municipal			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 27 Desporto e Lazer			
Subfunção: 812 Desporto Comunitário			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Construir um ginasio de esportes com 1200 m2 para a pratica de esportes pela população do municipio em convenio com o governo federal. Manter e reformar o ginásio municipal.			
Produto: Metros Construídos		Unidade de Medida: Metro Quadrado	
Meta: 1200 m2		Valor Global: 55.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	55.000,00	57.750,00	60.500,00

Iniciativa: 7701 Construção de Pista Atletica no Módulo Esportivo			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 27 Desporto e Lazer			
Subfunção: 812 Desporto Comunitário			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Construção de pista atletica junto ao modulo esportivo para possibilitar aos munícipes caminhar com segurança e também para prática esportivas.			
Produto: Metros Construídos		Unidade de Medida: Metro Quadrado	
Meta: 1700 m2		Valor Global: 55.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	55.000,00	57.750,00	60.500,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 7801 Apoio ao Esporte Amador			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 27 Desporto e Lazer			
Subfunção: 812 Desporto Comunitário			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Manutenção dos eventos esportivos através da aquisição de premiação, contratação de árbitros profissionais, segurança, aquisição de material esportivo, divulgação e promoção de congressos técnicos. Subsídios para realização de eventos esportivos. Auxiliar com transporte e/ou material os atletas e entidades esportivas que representem o município em competições regionais. Visa a aquisição de material esportivo para o Conselho Municipal de Desportos e promover os eventos esportivos. Manter os centros esportivos em condições de uso permanente. Promover eventos esportivos para a crianças, jovens, adultos e idosos. Modernizar e estimular o uso da academia municipal de ginástica.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 110.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	110.000,00	115.500,00	121.000,00

Iniciativa: 9301 criação do parque municipal			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 27 Desporto e Lazer			
Subfunção: 812 Desporto Comunitário			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos:			
Produto: Prédio Construído		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: contrução de um predio		Valor Global: 0,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018



Iniciativa: 9401 Modernização da Quadra Esportes Comunidade Santo Isidoro e Quadra Esportes Linha 16 Dassi			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 27 Desporto e Lazer			
Subfunção: 812 Desporto Comunitário			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos:			
Produto: Módulo Esportivo		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 0,00	
Base Legal:			
Fonte	2016	2017	2018



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Programa: 0016 APOIO A CULTURA
Diagnóstico: Existem no município entidades que estão diretamente ligadas à preservação da cultura tais como: O Coral Municipal, a Banda Municipal, o CTG, Grupo de Dança; O município já mantém grupos ligados à danças típicas infantil, e adulto. Somado a tudo isso existe o fato da importância do apoio ao resgate cultural e da memória histórica de nosso município como forma de valorização das raízes de nossa comunidade.
Diretrizes: Apoio financeiro com contratação de profissional e figurino para grupos de dança, canto e teatro; Apoio à viabilização de obras artísticas e/ou literárias que resgatem a história e a cultura do município; Valorização do acervo histórico do município; Promoção de eventos culturais; Apoio à Banda Municipal e ao Coral Municipal.
Base Legal:

Iniciativa: 7901 Incentivo as Ações Culturais			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 13 Cultura			
Subfunção: 392 Difusão cultural			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Atender as iniciativas que valorizem os aspectos culturais do município; apoio e acompanhamento a grupos artísticos, folclóricos, culturais, sociais e educativos; Apoio ao Coral Municipal e a Banda Municipal. Promoção de Oficinas de Teatro Danças, Musicas, Cantos, Literatura, Folclore, Linguas e outros.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 66.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	66.000,00	69.300,00	72.600,00

Iniciativa: 8001 Promoção de Eventos de Expressão Cultural			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 13 Cultura			
Subfunção: 392 Difusão cultural			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Apoiar e Subsidiar eventos Culturais, como apresentação artistica, show, espetáculos, feiras culturais, semana da Pátria, Semana farroupilha, Rodeio, Terceira Idade, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Criança, Dia da Consciência Negra, Dia do Estudante, Natal, Pascoa, Aniversário do Município, Padroeiro do Município, entre outras, difundindo os trabalhos culturais e promovendo o Lazer, e formação cultural permanente dos munícipes, apoiando entidades culturais, através do repasse de Recursos vias projetos que tenham como finalidade o resgate e preservação da cultura do Município.			
Produto: Evento Atendido		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 12 eventos		Valor Global: 77.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	77.000,00	80.850,00	84.700,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 8101 Manutenção da Biblioteca Publica Municipal			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 13 Cultura			
Subfunção: 391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: A Biblioteca Municipal conta com um acervo de diversas obras . O acondicionamento dos livros necessita de novas estantes. É necessário a Manutenção do seu acervo para a utilização da comunidade em Geral. Aumentar o acervo através da aquisição de livros e ampliação de espaço físico da Biblioteca.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta: 01 biblioteca		Valor Global: 55.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
1 Recursos Livres	55.000,00	57.750,00	60.500,00

Iniciativa: 9501 BIBLIOTECA VIVA			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 13 Cultura			
Subfunção: 392 Difusão cultural			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos:			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 0,00	
Base Legal:			
Fonte	2016	2017	2018



Programa: 0017 ATENDIMENTO AS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA
Diagnóstico: O município possui uma unidade básica de Saúde, localizada na sede do município. A mesma possui uma estrutura física para atendimento a comunidade em diversas áreas, médica, odontológica, equipe de profissionais atuando diariamente nesta Unidade, e ainda Agentes Comunitários de Saúde, além da equipe de motoristas e setor administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, todos trabalhando em conjunto para bem atender nossos munícipes. O município auxilia na manutenção do Hospital Carlos Cerato.
Diretrizes: Atendimento à saúde a todo e qualquer cidadão; qualificação do atendimento municipal à saúde, ampliando e modernizando os equipamentos; oferecer condições de ajuda na busca da saúde fora do sistema municipal de saúde; cursos de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da saúde; atenção especial a doentes crônicos e políticas de saúde preventiva, com atenção especial às agentes comunitárias de saúde e saúde da família; aquisição de veículos e equipamentos. Realizar convênios nas mais variadas especialidades médicas, parcerias para ofertar estes serviços aos Municípios vizinhos. Atender as necessidades do Hospital Municipal Carlos Cerato quanto ao oferecimento de serviços de atendimento à saúde da população, dentro de suas funções. Melhorar as instalações físicas do Hospital e dos postos de saúde. Proporcionar atendimento diferenciados aos idosos. Implantar e implementar ações de saúde mental. Realizar atividades voltadas à promoção da saúde, nas comunidades. Adquirir, manter e equipar os veículos da saúde.
Base Legal:

Iniciativa: 8201 MANUTENÇÃO SAUDE PAB FIXO			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Fornecer os serviços de atenção básica em saúde com recursos do pab fixo.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 120.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
4510 PAB FIXO	120.000,00	126.000,00	132.000,00



Iniciativa: 8202 MANUTENÇÃO DA SAUDE RECURSO PACS FEDERAL			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Fornecer os serviços de atenção básica em saúde com recursos do pacs.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 140.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
4530 PACS - AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE	140.000,00	147.000,00	154.000,00

Iniciativa: 8203 MANUTENÇÃO DA SAUDE RECURSO PSF FEDERAL			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Fornecer serviços de atenção básica em saúde com recursos do psf.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 120.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
4520 PSF - SAUDE DA FAMILIA	120.000,00	126.000,00	132.000,00



Iniciativa: 8204 MANUTENÇÃO DA SAUDE RECURSO PMAQ			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Fornecer os serviços de atenção básica em saúde com recursos do pmaq.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 30.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
4521 PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade	30.000,00	31.500,00	33.000,00

Iniciativa: 8205 MANUTENÇÃO DA SAUDE RECURSO SUS SAI/SIH			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Fornecer os serviços de atenção básica em saude com recursos do sus.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 40.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
4590 Teto Financeiro SIA/SUS	40.000,00	42.000,00	44.000,00



Iniciativa: 8206 MANUTENÇÃO DA SAUDE RECURSO FARMACIA BASICA FEDERAL			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Fornecer os serviços de atenção básica em saúde com recursos da farmácia básica.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 40.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
4770 FARMACIA BASICA FIXA	40.000,00	42.000,00	44.000,00

Iniciativa: 8207 MANUTENÇÃO DA SAUDE RECURSOS VIGILANCIA EM SAUDE			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Fornecer os serviços de atenção básica em saúde com recursos da vigilância em saúde.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 30.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
4710 TETO FINANCEIRO DA VIGILANCIA EM SAUDE	30.000,00	31.500,00	33.000,00



Iniciativa: 8208 MANUTENÇÃO DA SAUDE RECURSO SAUDE BUCAL FEDERAL			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Fornecer os serviços de atenção básica em saúde com recursos saúde bucal.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 35.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
4540 SAUDE BUCAL FEDERAL	35.000,00	36.750,00	38.500,00

Iniciativa: 8209 MANUTENÇÃO DA SAUDE RECURSO FARMACIA BASICA ESTADUAL			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Fornecer os serviços de atenção básica em saúde com recursos farmácia básica.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 20.200,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
4050 FARMACIA BASICA ESTADUAL	20.200,00	21.210,00	22.220,00



Iniciativa: 8210 MANUTENÇÃO DA SAUDE RECURSO SAUDE BUCAL ESTADUAL			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Fornecer serviços de atenção básica em saúde com recursos saúde buscal.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 10.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
4110 SAUDE BUCAL ESTADUAL	10.000,00	10.500,00	11.000,00

Iniciativa: 8211 MANUTENÇÃO DA SAUDE RECURSO PACS ESTADUAL			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Fornecer os serviços de atenção básica em saúde com recursos pacs.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 12.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
4080 PACS ESTADUAL	12.000,00	12.600,00	13.200,00



Iniciativa: 8212 MANUTENÇÃO DA SAUDE PSF ESTADUAL			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Fornecer os serviços de atenção básica em saúde com recursos psf.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 48.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
4090 PSF ESTADUAL	48.000,00	50.400,00	52.800,00

Iniciativa: 8213 MANUTENÇÃO DA SAUDE REDE CEGONHA			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Fornecer serviços de atenção básica em saúde com recursos rede cegonha.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 500,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
4011 Incentivo Estadual para Atenção Basica	500,00	525,00	550,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 8214 MANUTENÇÃO DA SAUDE RECURSO DIABETES MEL. ESTADUAL			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Fornecer serviços de atenção básica em saúde com recursos diabetes melitus.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 10.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
4051 Controle Diabetes/Militus	10.000,00	10.500,00	11.000,00

Iniciativa: 8301 Manutenção das Atividades da Secretaria da Saude			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Atendimento às necessidades orçamentárias e financeiras da Secretaria Municipal da Saúde, Meio Ambiente e Ação Social, para viabilizar a manutenção das ações de carater administrativo e de suporte visando ao desenvolvimento e execução dos programas fins. Manutenção dos veiculos da secretaria, bem como o pagamento dos motoristas.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 440.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
40 ASPS	440.000,00	462.000,00	484.000,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 8501 Manutenção do Hospital Municipal Carlos Cerato e do Posto de Saude			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Atendimento às necessidades orçamentárias e financeiras do Posto de Saúde e do Hospital Municipal, para viabilizar a manutenção das ações de carater administrativo e de suporte visando ao desenvolvimento e execução dos programas fins.			
Produto: Atendimento Saúde		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 2.200.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
40 ASPS	2.200.000,00	2.310.000,00	2.420.000,00

Iniciativa: 8701 Ações de Vigilância Sanitária e Epidemiologica			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 305 Vigilância Epidemiológica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Executar as ações de vigilância epidemiológica, detectar, investigar e propor medidas de controle para agravos da saúde de abrangência coletiva. Atender as ações de multivacinação, imunizações, despesas com locomoção e atendimento de todas as ações de epidemiologia. Notificar e investigar todas as doenças de notificação compulsória. Notificar os acidentes de trabalho e as doenças relacionadas ao trabalho. Realizar ações preventivas com objetivo de orientar os trabalhadores quanto à importância do uso de EPIs. Atender programas voltados para ações básicas de vigilância sanitária que são: cadastrar e fiscalizar os sistemas de abastecimento de água; cadastrar e fazer vistoria anual nos estabelecimentos de comercialização/industrialização de alimentos e produtos saneantes, salões de beleza, instituições de saúde e outros sujeitos a fiscalização da VISA. Fiscalização de problemas e agravos ao meio ambiente.			
Produto: Pessoas Atendidas		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 33.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
40 ASPS	33.000,00	34.650,00	36.300,00



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016

Anexo V - Meta Fiscal da Despesa

Iniciativa: 8801 Realizar Campanhas de Concientização			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 305 Vigilância Epidemiológica			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Realizar campanhas de concientizacao da prevenção do cancer do colo de utero e de cancer de mama, através da coleta do citopatologico e do auto exame de mama. Realizar palestra de prevenção, através de equipe própria ou contratada.			
Produto: Atividade Mantida		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 11.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
40 ASPS	11.000,00	11.550,00	12.100,00

Iniciativa: 8901 Consulta e Procedimentos nas Áreas Especializadas			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
Tipo de Iniciativa: Atividade			
Objetivos: Contempla ações para o acesso dos munícipes ao atendimento especializado não oferecidos no Município. Viabilizar o acesso ao serviço especializado no Município ou em sua referência para a especialidade fora do Município, incluindo despesas de transporte e auxílios a consultas, procedimentos e tratamentos específicos, necessários à reabilitação do paciente. Manter e melhorar o atendimento à população , através da aquisição de material e equipamentos, manutenção dos serviços próprios e terceirizados em procedimentos e consultas da área básica e especializada, contemplando consultas em pronto atendimento, plantões, contratos e convênios, consultas nas áreas de Pediatria, Ginecologia, Obstetrícia e outras especialidades, além de clinica geral, com profissionais liberais, clínicas especializadas, por contrato ou convênio. Atender despesas com exames de análises clínicas não realizados no município. Atender despesas com exames especializados que não sejam considerados análises clínicas.			
Produto: Consulta Médica		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 55.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
40 ASPS	55.000,00	57.750,00	60.500,00

**LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016****Anexo V - Meta Fiscal da Despesa**

Iniciativa: 9001 Construção de uma Unidade Basica de Saúde e Melhoria na USB e Hospital			
Unidade Gestora: 1 MUNICIPIO DE VILA MARIA			
Função: 10 Saúde			
Subfunção: 301 Atenção Básica			
Tipo de Iniciativa: Projeto			
Objetivos: Construir, em convenio com o governo federal uma nova USB e ampliar e reformar a USB existente e o Hospital.			
Produto: Metros Construídos		Unidade de Medida: Metro Quadrado	
Meta:		Valor Global: 44.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
40 ASPS	44.000,00	46.200,00	48.400,00

**LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2016****Anexo V - Meta Fiscal da Despesa**

Programa: 0020 PREVIDENCIA SOCIAL
Diagnóstico: O município tem seus servidores vinculados ao RPPS e o regime paga seus benefícios previdenciários.
Diretrizes: Pagamento dos servidores inativos vinculados ao regime próprio de previdência, bem como os auxílios previdenciários aos servidores do município.
Base Legal:

Iniciativa: 3301 Previdência dos Servidores Municipais			
Unidade Gestora: 3 RPPS			
Função: 09 Previdência Social			
Subfunção: 272 Previdência do Regime Estatutário			
Tipo de Iniciativa: Operação Especial			
Objetivos: Pagamento dos aposentados, pensionistas e auxílios doença.			
Produto: Servidores Públicos		Unidade de Medida: Unidade	
Meta:		Valor Global: 550.000,00	
Base Legal: Lei 3125 de 16/07/2013			
Fonte	2016	2017	2018
50 RPPS	550.000,00	577.500,00	605.000,00